



Relatório Anual do Conselho Directivo 2020



LUANDA, ABRIL DE 2020

Acrónimos, siglas e abreviaturas

ADRA	Acção Angolana para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AD	Agência de Desenvolvimento
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AF	Agricultura familiar
AJPD	Associação Justiça Paz e Desenvolvimento
ALE	Administração Local do Estado
ANGOP	Agência de Notícias Angola Press
BP Angola	British Petroleum/ Angola
CAC	Conselho de Auscultação às Comunidades
CASA-CE	Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral
CD	Conselho Directivo
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs de Angola
CNAC	Conselho Nacional da Criança
CNCS	Conselho Nacional da Comunicação Social
CPEE	Comissão de Pais e Encarregados de Educação
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CR	Conselho de Representantes
CRA	Constituição da República de Angola
DC	Desenvolvimento Comunitário
DG	Director Geral
DH	Direitos Humanos
DO	Desenvolvimento Organizacional
DWA	Development Workshop /Angola
ECA	Escola no campo do Agricultor
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrário
ENC	Encontro Nacional das Comunidades
ENSAN	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EPT	Educação para Todos
EU	União Europeia
FAO	Organização Mundial para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMJIG	Forum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género
FNLA	Frente nacional de Libertação de Angola
GALS	Gender Action Learning System
GAS	Grupos África da Suécia
HIV/SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IBP	Inquérito de Bem-Estar da População
ICRA	Instituto de Ciências Religiosas de Angola
IEA	Igreja Evangélica de Angola
IECA	Igreja Evangélica Congregacional de Angola
IFAL	Instituto de Formação da Administração Local
INE	Instituto Nacional de Estatística

ISUP	Instituto Superior João Paulo II que forma Assistentes Sociais
LAC	Luanda Antena Comercial
MATRE	Ministério da Administração e Território e Reforma do Estado
MED	Ministério da Educação
MINAGRI	Ministério da Agricultura
MINJUS	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
MOSAIKO	Instituto para Cidadania
MOSAP	Market Oriented Smallholder Agriculture Project
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NDACH	Núcleo de Desenvolvimento de Associações e Comunidades da Chicuma
NGF	Núcleo de Gestão Financeira
NRA	Núcleo Representativo das Associações (no Dombe Grande)
OE	Órgãos Executivos
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMUNGA	Organização de Direitos Humanos
ONG	Organização Não – Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPSA	Observatório Político e Social de Angola
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSISA	Open Society Angola
PCD	Presidente do Conselho Directivo
PDO	Programa de Desenvolvimento Organizacional
PE	Plano Estratégico
PEDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PLCP	Programa de Luta Contra a Pobreza
PMA	Plataforma Mulheres em Acção
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	Pão para o Mundo
PRS	Partido da Renovação Social
ede EPT	Rede de Educação para Todos
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Sociedade Civil
SINPROF	Sindicato dos Professores
SNU	Sistema das Nações Unidas
TDC	Técnicos de Desenvolvimento Comunitário
TPA	Televisão Pública de Angola
UAG	União das Associações da Ganda
UACC	União das Associações de Camponeses da Caála
UCAN	Universidade Católica de Angola
UGF	Unidade de Gestão Financeira
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Humanos
ULAS	Unidade de Lobby e Advocacia Social
UNACA	Confederação das Associações e Cooperativas
UNICEF	Fundo das Nações unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura

UNITA	União nacional para Independência de Angola
UPD	Unidade de Projectos e Desenvolvimento
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

Com o presente relatório, o CD apresenta aos membros o balanço do trabalho desenvolvido pela ADRA em 2020, o terceiro ano de implementação do Plano Estratégico 2018-2022, marcado por um contexto particularmente difícil, decorrente do surgimento da pandemia da covid-19. Foi também o terceiro e último ano de mandato dos actuais Órgãos Sociais, que procuraram neste período manter o funcionamento da Organização, particularmente no tocante à Governação e a Vida Associativa

O relatório, incluindo, esta nota introdutória está dividido em quatro partes. Na segunda parte apresentam-se os principais factos que marcaram o contexto geral do país ao longo do ano de 2020, nas esferas política, económica e social. Na terceira parte é relatado o trabalho desenvolvido com a apresentação do balanço dos programas de orientação definidos no Plano Estratégico 2018-2022, além de se fazer uma abordagem sobre a abrangência territorial da intervenção da Organização, os envolvidos na sua acção, os projectos implementados e em carteira e as parcerias estabelecidas ao longo do ano. A quarta e última parte estão reservadas às notas conclusivas com aspectos mais relevantes do trabalho da Organização em 2020.

2. CONTEXTO GERAL DO PAÍS

2.1 Sector Político

GOVERNAÇÃO

Os encontros do Presidente da República, João Lourenço, com a juventude angolana onde constituíram temas centrais às questões como a realização das eleições autárquicas, a defesa dos direitos fundamentais, a melhoria da assistência sanitária e do ambiente de negócios e com a sociedade civil em que juntou várias sensibilidades para ouvir as suas opiniões sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na vida da população e a crise económica e financeira actual, tendo a ADRA marcado a sua presença. Neste encontro apenas algumas pessoas pré seleccionadas apresentaram os seus pontos de vista, através de discursos, excepto o representante do Sindicato de Jornalistas que fez uma intervenção sem recurso à leitura. No final deste encontro o PR anunciou a criação de um Conselho Económico e Social.

Uma constatação clara é a de este tipo de encontros não se verificam com dirigentes do Estado nos municípios e províncias. Há necessidade de as organizações exercerem influência no sentido de encontros similares serem realizados com esses dirigentes. Por outro lado, faz-se sentir a necessidade de se evoluir da auscultação para a concertação, devendo as OSC monitorarem as recomendações resultantes desses encontros

Criado pelo PR o Conselho Económico e Social (Decreto Presidencial 120.º e do nº3 do artigo 125), este órgão está à disposição do Titular do Poder Executivo para efeito de consulta em matérias macro-económicas e sociais. O Director Geral da ADRA foi convidado a integrar o Conselho, assim como dois membros da ADRA, ambos na qualidade de representantes de responsáveis de entidades. Isto chama à responsabilidade à ADRA e exige maior articulação dos actores não estatais na monitoria das políticas públicas, para maior eficiência, eficácia e impacto destas na vida das comunidades.

Em menos de um mês, Luanda registou três manifestações protagonizadas por grupos de jovens. Nas referidas manifestações reclamava-se um combate “sério e justo” contra a corrupção e a impunidade em Angola, melhoria das condições de vida das famílias e ainda a demissão do Presidente da Comissão Eleitoral. Estas foram marcadas por excessiva força policial, detenções e inclusivamente a morte de um jovem estudante. Também houve o registo de seis jornalistas detidos no exercício das funções e libertados sem acusação. Nestas manifestações foram detidas mais de 100 pessoas em Luanda e Benguela. A repetição destes casos demanda da ADRA um trabalho mais persistente sobre as questões de cidadania e influência das políticas públicas. O Conselho Directivo da ADRA emitiu um parecer sobre o assunto, repudiando a excessiva carga policial, uma clara violação dos direitos humanos.

A preparação do processo autárquico foi outro facto que marcou a agenda política do país. Apesar de serem aprovadas as leis sobre os Símbolos Autárquicos e sobre o Regime e Formulário dos Actos da Autarquia Local a principal lei sobre a institucionalização e

implementação das autarquias até ao momento não foi aprovada, por este motivo os partidos da oposição acusam o MPLA de não ter vontade política de efectivar o processo de institucionalização e implantação das autarquias. Locais. Esta situação proporciona maior legitimidade da ADRA para continuar a abordar a questão das autarquias, tanto na perspectiva da organização do poder local e como da cidadania (direitos e participação).

POLÍTICAS PÚBLICAS

O Ministério da Agricultura e Pesca passou a implementar o Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar “PIAAPF” para alavancar a produção alimentar e garantir a segurança alimentar, com investimento de 156 milhões de dólares. Contudo, colocam-se enormes desafios a implementação desta política tendo em conta as várias limitações que os serviços de extensão enfrentam, sobretudo no domínio dos recursos humanos.

O Executivo procedeu a reestruturação do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), disponibilizando uma linha de crédito no valor de 4 mil milhões de Kwanzas para financiar sociedades de micro finanças, escolas de campo, caixas de crédito comunitárias, seleccionadas por meio de concurso público. Para o efeito mil milhões de dólares, do Deustch Bank, foram cedidos ao BDA e 120 milhões de dólares americanos do BAD, foram cedidos ao BPC pra financiar o sector agrícola. A ADRA foi solicitada a apoiar na identificação de associações e cooperativas para beneficiarem do projecto.

Devido a pandemia da Covid 19 acelerou-se o processo de implementação do PIIM a nível dos municípios. Em quase todos os municípios os recursos financeiros à empresas e os contratos de trabalho já foram homologados pela estrutura central. Estão prontos para serem executados **1 388** novos projectos nível nacional; destes **1 299** já têm as quotas liquidadas e pagas. A eficiência destes projectos dependerá em grande medida do grau de envolvimento dos diferentes segmentos da sociedade, particularmente as organizações locais da sociedade civil na monitoria da sua execução. É neste sentido que, a ADRA está a preparar uma intervenção neste domínio em parceria com o PNUD para capacitação dos cidadãos com vista a monitoria deste programa.

O Executivo aprovou, em 2020, o Projecto de Transferências Sociais Monetárias “Kwenda” no âmbito do fortalecimento do sistema de protecção social e está a ser implementado em fase experimental nas províncias de Malanje, Zaire, Huíla e Cunene tendo beneficiado 10 mil agregados familiares, e disponibilizados cerca de 300 milhões de Kwanzas. A ADRA foi uma das organizações seleccionadas para participar na implementação deste Projecto, na sua componente de inclusão produtiva, depois de ter manifestado o seu interesse de colaborar na implementação desta medida de política pública.

O Executivo desencadeou um processo de revisão da actual Lei de Terras, visando conformá-la à actual Constituição da República. Apesar da vontade política manifestada nesse sentido as OSC constataram, no actual processo de discussão da Lei, a exclusão de actores não estatais e estatais no processo de revisão, por isso o processo não foi

abrangente. Esta situação decorre de factos, tais como: *i)* não divulgação do calendário e da metodologia de revisão do pacote legislativo fundiário à sociedade; *ii)* algumas administrações municipais desconhecem o processo de revisão da Lei de Terras lançado pelo Executivo. Na sequência disso um grupo de organizações realizou uma auscultação, sobre a Alteração da actual Lei de Terras, nas áreas em que intervém. Como resultado as organizações constituídas pela ADRA, Rede Terra, DW, SOS Habitat, apresentaram uma posição baseada nas motivações, constatações e recomendações saídas dessa auscultação, em relação ao actual processo da revisão da Lei nº 9/04 de 9 de Novembro.

A Assembleia Nacional aprovou, no dia 15 de Julho, na generalidade, a proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para 2020, avaliado em 13,4 biliões de kwanzas e com défice de 4%, com abstenção de três dos quatro grupos parlamentares da oposição.

Em relação ao OGE 2020 revisto, a ADRA e OPSA emitiram e partilharam a sua posição com a Assembleia Nacional, membros da ADRA, parceiros e internautas; Foi feita a apresentação dos folhetos temáticos OGE 2020 no Huambo, Bié, Moxico e Uíge em parceria com o Mosaiko. A ADRA, Rede EPT e Mosaiko realizaram debates sobre OGE e Educação.

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2021 foi aprovada pela Assembleia Nacional, na generalidade. O Orçamento prevê despesas e receitas no valor de **14,7 mil milhões**. Este Orçamento, que prioriza o sector social, faz uma forte aposta no capital humano, por via da melhoria dos sistemas de saúde, ensino, habitação e da protecção social.

2.2 Sector Social

A situação social do país apresentou e continua a apresentar indicadores preocupantes. Mais de 41% da população angolana é considerada pobre e, este fenómeno é mais preocupante no meio rural cuja incidência é de 52,2% (INE 2020).

Por outro lado, os indicadores da pobreza multidisciplinar são igualmente assustadores, pois, os dados oficiais do INE (2020) revelam que a taxa de incidência na área rural é de 87,8% e na área urbana é de 35%. Por outras palavras, nove em cada dez pessoas residentes nos municípios com características rurais não têm, ao mesmo tempo, acesso aos serviços de educação e saúde, assim como não possuem uma habitação digna com acesso à energia eléctrica e água potável.

Em Março de 2020 foi decretado Estado de Emergência e posteriormente Situação de Calamidade por se ter verificado um aumento exponencial de casos de COVID-19 tendo, até 31 de Dezembro o país registado 17.648 casos confirmados, 409 mortes e 11.232 recuperados. Relativamente ao acesso aos serviços de saúde e de educação, viram reduzida a sua capacidade de atendimento ao público. Ao nível de Educação, por exemplo, houve rescisão de contratos com os professores e adiamento do início das aulas, enquanto que em relação à Saúde verificaram-se restrições no atendimento a outras doenças;

As medidas tomadas de resposta à Pandemia, fizeram com que ADRA:

- a. Reduzisse a presença dos funcionários nos Escritórios entre os meses de Março a Maio, no cumprimento das medidas de biossegurança impostas pelo governo.
- b. Realizasse acções de sensibilização e distribuição de máscaras nas áreas de intervenção;
- c. Assegurasse a existência de materiais de biossegurança em todas as estruturas da Agência;
- d. Redefinisse a metodologia de organização de eventos internos e públicos. (Apostou-se nas novas tecnologias de informação e comunicação);

2.3 Sector Economico

A economia angolana foi duramente afectada pela pandemia da Covid-19. A queda do preço de barril de petróleo no mercado internacional, os baixos níveis de produção petrolífera, o encerramento de diversas empresas do sector privado, as altas taxas de desemprego, de inflação e da dívida pública ajudam a compreender o quão difícil foi a situação económica no ano transacto.

O petróleo continua a ser o *motor-chefe* da economia nacional, na medida em que as receitas petrolíferas sustentam o Orçamento Geral do Estado (OGE) acima de 50%. Por isso, cada vez que se verifica uma queda do preço no mercado internacional, há um impacto negativo na economia nacional. Assim, à semelhança dos anos anteriores, voltou a constatar-se em 2020, pois, com oscilação do preço entre USD 16,00 e USD 45,00, durante todo o ano¹, a Assembleia Nacional teve de revisar o OGE de 2020. Uma vez mais, a ADRA apelou ao Executivo e à Assembleia Nacional para não hesitarem no financiamento robusto para o Sector da Agricultura, o mais penalizado em termos de cabimentação orçamental. Por exemplo, no OGE revisto de 2020, o peso deste sector está abaixo de 2%, quando a Declaração de Malabo recomenda 10%.

Os níveis de produção do petróleo têm vindo a diminuir desde 2007, altura em que a produção anual estava acima de 500 milhões de barris. A possibilidade de retomar os altos níveis de produção é pouca, devido ao declínio natural dos campos, à falta de investimentos, para além do conflito entre os maiores países produtores do petróleo. Esses sinais reforçam a pertinência da ADRA continuar a abordar o Executivo sobre a necessidade de se multiplicar esforços para a eficácia e eficiência de programas de diversificação da economia nacional.

Com o encerramento de diversas empresas, pelo menos no I Trimestre de 2020 cinco milhões de angolanos estavam impedidos de gerar rendimento de forma digna e segura. Para a camada juvenil, que constitui a maior parte da população do país, o drama de desemprego foi mais crítico na medida em que 56,4% da população entre 15-24 anos de idade estava desempregada (INE, 2020). Estes factos implicaram a agudização da pobreza. Contudo, tais acontecimentos demonstram a relevância da ADRA continuar a implementar projectos com impacto directo nos grupos de referência abrangidos pela sua intervenção social. Demonstra, também, a pertinência de continuar a desenvolver projectos específicos para a juventude.

¹<https://infopetro.wordpress.com/2020/10/07/o-comportamento-dos-precos-do-petroleo-no-ano-de-2020/>

Até ao final do III Trimestre de 2020, a inflação atingiu 18,7%, o que agravou o poder de compra dos cidadãos, particularmente dos mais vulneráveis. Outros sim, apesar de um relativo aumento de verbas do OGE para os Sectores da Educação e Saúde, em termos reais este aumento foi modesto. Por isso, na Posição conjunta ADRA e OPSA, referiu-se sobre a necessidade de concretizar a ideia do fomento agrícola com vista a reduzir importações de produtos alimentares, o que de certo modo contribuiria para a poupança de divisas.

Angola continua a ser um país altamente endividado. Embora não se tenha achado o montante exacto da dívida pública, pode afirmar-se que ela é grande. Senão vejamos: no quadro da cooperação com a China a dívida anda à volta de 22 mil milhões de Dólares Americanos e no âmbito da Linha de Financiamento Alargado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) está calculada em 748 milhões de Dólares.

O excesso da dívida pública retira a capacidade do Governo em aumentar despesas sociais tão necessárias, sobretudo em tempos da crise. Note-se, por exemplo, que no OGE Revisto de 2020, o peso da dívida pública foi de 55,93% do total orçamental². Isto significa que a maior parte das receitas financeiras do Estado tiveram como destino o pagamento da dívida pública.

3. ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO

3.1. Abrangência territorial e grupo de referência

Ao longo do ano, a acção da ADRA centrou-se nos 25³ municípios. Quanto aos envolvidos na acção da ADRA, em 2020, foram apoiados directamente **17 487** produtores agrícolas familiares, dos quais **9 340** mulheres e **8 147** homens, tendo registado um ligeiro aumento de 12% como previa o Plano de Acção Indicativo e indirectamente **104 233 famílias**. A principal razão deveu-se a implementação de dois novos projectos que permitiram alargar a intervenção nas províncias de Benguela, Cunene e Namibe. A província da Huíla continuou a contar com o maior número de beneficiários directos, representando 50,9 % do total do universo apoiado pela ADRA na sua Globalidade.

Do ponto de vista institucional, foram envolvidas 306 organizações, entre as quais 267 associações e 39 cooperativas. A par destas organizações, fazem parte do universo da intervenção os espaços locais de concertação, nomeadamente fóruns municipais e comunais, núcleos de associações e uniões de associações e cooperativas, num total de 36.

3.2. Projectos implementados e em carteira

A ADRA tem registado um relativo equilíbrio em termos de número de projectos. Em 2020 foram implementados 25 projectos sendo que continuaram a ser implementados

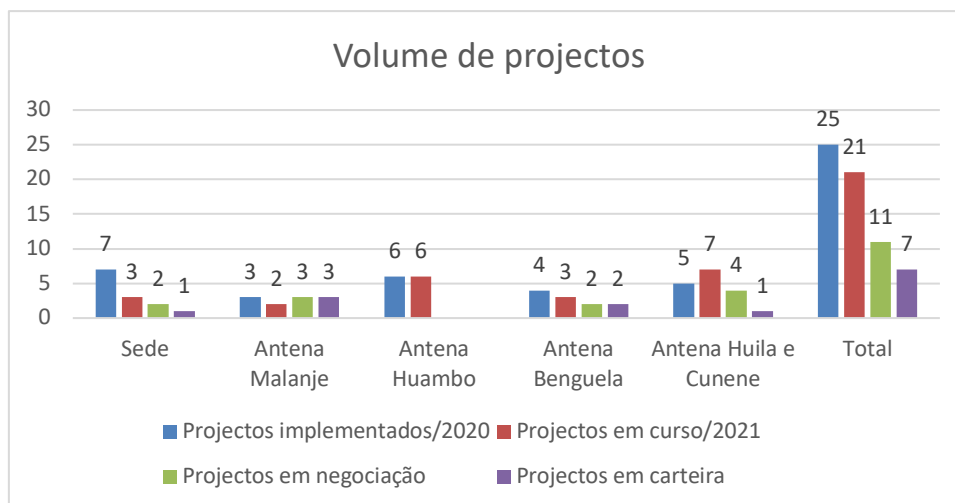
²<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4x/mjcw/~edisp/minfin1270877.pdf>

³O município do Mussende, província do Kwanza Sul, continuou a não beneficiar da intervenção pela inexistência de um projecto específico naquela localidade, contudo, com a implementação do projecto PAJUDEL financiado pela UE, o município de Bibala (Namibe) desde 2020 é parte da área de intervenção da ADRA.

projectos abrangendo duas Antenas, como é o caso do Projecto Ekoliso II e o de Direito à água que atendeu a Huíla e o Huambo, o Projecto Okulonga, em implementação nas províncias de Malanje e Luanda, o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento das Cooperativas Agropecuárias em Benguela e Huambo e Projecto de Apoio a Mitigação dos Efeitos Sócio Económicos da Covid-19 que abrange Benguela e Huambo.

Os gráficos, a seguir indicados, demonstram a dinâmica de projectos em 2020 e como iniciou o ano de 2021.

Gráfico n.º 1 - Número de projectos



3.3. Parcerias

A intervenção da ADRA, em 2019, tal como nos anos anteriores, contou com o envolvimento de diferentes parceiros estratégicos, entre instituições do Estado aos diferentes níveis, partidos políticos, organizações da sociedade civil e agências internacionais, contribuindo para a materialização das acções planificadas, conforme ilustra a tabela n.º 3, a seguir indicada.

Tabela n.º 1. Parcerias desenvolvidas em 2020.

Entidade e mecanismo de parceira	Conteúdo da parceria
Ministério da Agricultura e Floresta	Implantação de Escolas no Campo do Agricultor; Projecto-piloto de Caixas comunitárias; legislação sobre Recursos filogenéticos e preparação do Orçamento Geral do Estado
Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado	Consulta pública ao processo autárquico; Participação em vários momentos de consulta e debate
Ministério da Assistência Social, Família e Promoção da Mulher	Debate da legislação sobre a assistência social, conselho nacional de assistência social
Ministério do Ordenamento do Território e Habitação	Processo de registo de terrenos rurais comunitários; Participação na revisão da Lei de Terras
Ministério da economia e Planeamento	Participação em momentos do PRODESI e nas medidas de alívio económico
Ministério da Justiça e Direitos Humanos	Participação na discussão sobre Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas dos conflitos políticos
Ministério da Juventude e Desporto	Acordo para formação de lideranças juvenis com o Instituto Nacional da Juventude
Governos províncias e Administrações municipais	Participação nos Conselhos de Auscultação das Comunidades; Participação na elaboração de documentos locais de apoio ao desenvolvimento
Redes e alianças nacionais e internacionais:	Rede Educação para Todos, Rede Segurança Alimentar da CPLP, Rede Terra, Parceria Internacional para o Orçamento, Grupo de Monitoria dos Direitos Humanos, Rede Nacional de Nutrição, Conselho das OSC do Huambo, Rede Eleitoral em Benguela.
Parlamento	Auscultação do OGE,
Agências internacionais	PNUD (transparência orçamental), Unicef (OGE e inclusão de minorias), FAO (Agricultura)
Partidos políticos	Convites para ministrar seminários, participar em debates e consulta (MPLA, UNITA, CASA CE, PRS).

3.4. Balanço dos Programas de Orientação

3.4.1. Programa de Desenvolvimento Local Sustentável

O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) está composto por quatro componentes e 23 linhas de acção. Nas secções que se seguem descrevem-se as principais acções desenvolvidas em cada linha de acção, o balanço das metas e o resumo do desempenho do programa ao longo do ano.

3.4.1.1. Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional

A intervenção da ADRA na componente de Produção agropecuária e segurança alimentar tem incidido, fundamentalmente em três eixos principais: i) apoio directo à produção agropecuária, ii) facilitação do acesso ao crédito no quadro do apoio ao empreendedorismo económico e iii) reforço da reinserção mercantil dos produtores agrícolas familiares. Em 2020, das principais acções realizadas destacam-se as seguintes:

- i) Apoio aos produtores agrícolas na dinamização de práticas agrícolas sustentáveis, particularmente a implantação de sistemas agro-florestais e adubação orgânica;
- ii) Mobilização de recursos para facilitar o acesso dos produtores aos factores de produção básicos, à assistência técnica e às acções de capacitação em técnicas agrícolas e sanidade animal;
- iii) Assessoria às associações e cooperativas na estruturação e/ou gestão de caixas comunitárias;
- iv) Promoção de iniciativas de apoio à comercialização, através do fortalecimento do papel das associações e cooperativas.

O balanço do grau de alcance das metas previstas nesta componente é apresentado abaixo. Conforme se pode observar, o desempenho da componente foi bastante satisfatório, na medida em que das 7 metas previstas, 6 foram cumpridas.

Meta 1: 271 produtores agrícolas de 10 municípios utilizam práticas sustentáveis nos seus sistemas de produção (sistemas agro-florestais e agro-silvo-pastoril)

Evidências

- i) 2.540 Produtores, dos quais 1.214 mulheres de 13 municípios, utilizaram nos seus sistemas de produção práticas sustentáveis, nomeadamente plantação de fruteiras e espécies florestais intercaladas com espécies agrícolas, consorciação de culturas (cereais e leguminosas);
- ii) produtores agrícolas, dos quais 13 mulheres do município do utilizaram pesticida de fabrico artesanal (vulgo biol) no controlo de pragas e doenças nas culturas hortícolas.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 2: 367 produtores agrícolas de 10 municípios utilizam práticas sustentáveis de conservação dos solos

Evidências

i) 1.505 Produtores de 13 municípios introduziram práticas de conservação de solos (rotação de culturas, adubação orgânica, adubação verde, cultivo de plantas melhoradoras do solo).

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 3: 3.053 produtores (1.341 mulheres) de 6 municípios têm acesso aos factores de produção (insumos agrícolas, equipamentos) e melhoram os níveis de produção e de produtividade

Evidências

i) 3459, dos quais 2.482 mulheres, de 8 municípios tiveram acesso aos insumos agrícolas compostos por sementes de milho, feijão, hortícolas, estacas de mandioca, adubos simples e compostos, pesticidas, charruas, motobombas, pulverizadores, enxadas, catanas e machados e melhoraram a produtividade das principais culturas;

ii) No Huambo, o fornecimento de 1 tractor permitiu preparar 137 há de terra de 79 produtores dos quais 40 mulheres;

iii) Em Malanje 28 associações apoiaram os seus membros na preparação de 124,5 ha de terra, num total de produtores agrícolas, dos quais x são mulheres.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 4: 360 produtores têm acesso aos serviços de transformação de produtos (moagem)

Evidências

i) Em Malanje, 406 produtores, dos quais 250 mulheres transformaram a mandioca em farinha de bombó fruto da instalação de uma unidade moageira na sua associação;

ii) Na Huíla 6 associações prestaram serviços de transformação de milho em farinha a 585 produtores, dos quais 310 mulheres.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 5: 160 membros de associações de 2 municípios têm acesso a informação sobre educação nutricional

Evidências

i) 2.649 Produtores, dos quais 1.663 mulheres tiveram acesso à informação sobre o valor nutritivo dos alimentos oriundos da produção local.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 6: 1.077 produtores (566 mulheres) de 6 municípios têm acesso ao crédito para desenvolvimento das suas iniciativas agrícolas e não agrícolas

Evidência

i) 1.506 Produtores (757 mulheres) de 9 municípios de Benguela, Huambo e Malanje tiveram acesso ao crédito para actividades agrícolas e não agrícolas, tendo sido desembolsados, por via das caixas comunitárias, 18.722.430 Kzs nas três províncias.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 7: 1.821 produtores de 16 municípios encontram oportunidade de comercialização dos seus produtos agro-pecuários através da organização de vendas colectivas, participação em feiras municipais e outros mercados

Evidências

i) 1.734 Produtores, dos quais 293 mulheres, de 14 municípios foram apoiados na comercialização dos seus produtos por via das feiras municipais e das vendas colectivas com recurso aos meios de transporte fornecidos pelos projectos;

ii) No Huambo, 2 cooperativas beneficiaram de 2 motorizadas de 3 rodas e 1 carrinha com capacidade de 3,5 toneladas que contribuíram para o processo de escoamento e comercialização de 68 toneladas de produtos diversos;

iii) Em Benguela, com apoio de 2 carrinhas e de 2 motorizadas de três rodas, 113 toneladas de produtos foram comercializados arrecadando cerca de 27.990.000,00 Kz;

iv) Na Huíla 7 associações foram apoiadas na comercialização e arrecadaram 1.098.000 Kz;

v) Em Malanje 742 produtores comercializaram os produtos de forma colectiva e arrecadaram 5.344.515 Kz.

Meta 7: 1.821 produtores de 16 municípios encontram oportunidade de comercialização dos seus produtos agro-pecuários através da organização de vendas colectivas, participação em feiras municipais e outros mercados

Evidências

i) 1.734 Produtores, dos quais 293 mulheres, de 14 municípios foram apoiados na comercialização dos seus produtos por via das feiras municipais e das vendas colectivas com recurso aos meios de transporte fornecidos pelos projectos;

ii) No Huambo, 2 cooperativas beneficiaram de 2 motorizadas de 3 rodas e 1 carrinha com capacidade de 3,5 toneladas que contribuíram para o processo de escoamento e comercialização de 68 toneladas de produtos diversos;

iii) Em Benguela, com apoio de 2 carrinhas e de 2 motorizadas de três rodas, 113 toneladas de produtos foram comercializados arrecadando cerca de 27.990.000,00 Kz;

iv) Na Huíla 7 associações foram apoiadas na comercialização e arrecadaram 1.098.000 Kz;

v) Em Malanje 742 produtores comercializaram os produtos de forma colectiva e arrecadaram 5.344.515 Kz.

3.4.1.2 Ambiente e Mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas

As comunidades apoiadas pela ADRA nos diferentes municípios confrontam-se com problemas ambientais decorrentes das alterações climáticas, com níveis mais preocupantes no Sul. Das acções realizadas, em 2020, destacam-se as capacitações sobre conservação de solos e gestão de recursos florestais, palestras e debates sobre ambiente, dinamização de iniciativas de repovoamento florestal, mobilização de recursos para a construção de infra-estruturas de água (cisternas, fontenários, furos e valas de irrigação).

O balanço das metas previstas nesta componente revela um nível de desempenho alto, tal como se pode depreender das evidências abaixo apresentadas.

Meta 1: Em 10 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA são desenvolvidos iniciativas de projectos ambientais: i) produção de mudas de plantas silvícolas, ii) repovoamento florestal, iii) controlo de queimadas, iv) produção sustentável, v) criação de espaços verdes.

Evidências

Em 8 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

i) Cubal e Ganda: i) Criação de um viveiro de produção de moringa, ii) Criação de 2 comissões de fiscalização e controlo das queimadas;

ii) Bailundo, Caála e Longonjo: i) instalação de um viveiro para a produção de 20.000 mudas de eucaliptos, ii) instalação de cinco pequenos polígonos florestais comunitários;

iii) Criados nos municípios da Humpata, Gambos e Caluquembe, 3 viveiros de mudas silvícolas com cerca de 3.200 pés de mudas de eucaliptos, cardihegos e cedros para instalação de 3 pequenos polígonos florestais.

Grau de cumprimento da meta: Alto Desempenho

Meta 2: Em 7 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA são desenvolvidas experiências de construção de 50 cisternas de retenção das águas das chuvas, construção de 5 represas e 6 canais de irrigação e incremento de culturas resistentes à seca.

Evidências

Em 8 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA estão em curso as seguintes acções de mitigação dos efeitos das alterações climáticas:

i) Humpata e Gambos: i) em curso a construção de 25 cisternas, das quais 7 concluída, ii) em curso a construção de um dique de retenção;

ii) Caluquembe, Humpata, Gambos, Cahama e Ombandja: 753 produtores agrícolas, dos quais 443 mulheres, apoiados na produção de culturas resistentes à seca (massango, massambala, feijão macunde, batata-doce e mandioca);

iii) Bailundo, Caála e Longonjo: i) Iniciada a reabilitação de uma vala de rega, ii) construídos um furo e dois fontenários de água, beneficiando 1.112 famílias, iii) 80 produtores agrícolas, dos quais 37 mulheres apoiados na produção de culturas de batata-doce e mandioca

3.4.1.3 Saúde Pública e Saneamento Básico

A situação de crise sanitária gerada pela Covid-19 tornou as acções de saneamento e saúde pública centrais, com destaque para a divulgação de medidas de prevenção da pandemia, a par de outras acções que já vêm sendo realizadas junto das comunidades nos domínios da mitigação do VIH/SIDA e da saúde materno-infantil. Especificamente, em 2020, assinalam-se as seguintes realizações:

- i) Sensibilização sobre medidas de biossegurança para a prevenção da Covid-19, 1520 mulheres em 16 municípios;
- ii) Instalação de 987 sistemas de lavagem das mãos;
- iii) Organização de 82 campanhas de sensibilização sobre boas práticas de saneamento básico, envolvendo 2.323 pessoas;
- iv) Produção e distribuição de 6.000 exemplares de material informativo sobre HIV/SIDA;
- v) Formação de 156 membros de associações e cooperativas (87 mulheres) em Saúde e Direitos das Mulheres nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Malanje;
- vi) Organização de 11 sessões de sensibilização para a adesão às consultas pré-natal e vacinação de crianças nas províncias do Huambo e de Malanje;
- vii) Formação de 19 parteiras tradicionais em 19 aldeias abrangidas pela intervenção da ADRA em Malanje.
- viii) 1.565 pessoas, das quais 896 mulheres tiveram acesso à informação sobre HIV/SIDA e saúde materno-infantil.

O balanço das metas previstas nesta componente é, de seguida, apresentado. Conforme se pode observar, com base nas evidências apresentadas, o desempenho da componente foi bastante satisfatório, visto que as duas metas previstas foram cumpridas.

Meta 1: Em 16 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA são desenvolvidas acções que envolvem as comunidades na melhoria do saneamento básico (palestras sobre Saneamento Total Liderado pelas Comunidades e Escola-STLCE, tratamento de água para o consumo doméstico, instalação de Tip-taps, construção de latrinas, campanhas de limpezas e uso de mosquiteiros impregnados, plantas medicinais, protecção dos poços de água).

Evidências

i) Em 16 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção, 95 comunidades e 75 famílias desenvolvem acções de melhoria de saneamento básico, tais como: tratamento da água, higiene pessoal e colectiva, protecção dos 12 poços de água, construção de 95 latrinas, aterros sanitários, instalação de 987 Tip-Taps, campanhas de limpezas e uso de mosquiteiros impregnados e medidas de biossegurança sobre a pandemia da Covid-19. Com estas acções reduziu-se os focos de lixo, é cada vez mais evidente a cultura do uso do mosquiteiro e de latrinas e desinfectação da água para o consumo.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

Meta 2: Em 13 municípios de intervenção são desenvolvidas acções de divulgação de informação sobre VIH/SIDA, saúde materno-infantil e COVID-19

Evidências

i) Em 19 municípios de intervenção 1.565 pessoas, sendo 896 mulheres tiveram acesso a informação sobre VIH/SIDA, saúde materno-infantil e medidas de prevenção da COVID-19. O que proporcionou aos 16 activistas de VIH/SIDA no Huambo (6) e em Benguela (10) realizarem acções de formação e sensibilização nas comunidades. Outrossim, 90 mulheres (80 em Malanje e 10 em Benguela) aderiram as consultas pré-natais, destas 2 foram pela primeira vez.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

3.4.1.4 Poder Local

Em função das linhas de acção definidas no Plano Estratégico 2018-2022, em 2020, a intervenção nesta componente consistiu nas seguintes realizações:

- i) Organização de 16 acções de capacitação sobre associativismo e cooperativismo nas províncias de Benguela e Huambo, envolvendo 764 (276 mulheres) membros de associações e cooperativas;
- ii) Assessoria organizacional à 34 associações e 17 cooperativas nas províncias de Benguela e Huambo em acções de planificação de actividades, realização de assembleias de membros, gestão de caixas comunitárias, sendo de destacar, em particular, a elaboração de planos de acção para o período 2020-2022 por três cooperativas da província de Benguela;
- iii) Apoio à estruturação de 23 associações e 3 cooperativas nas províncias da Huíla e do Huambo. Duas das cooperativas estruturadas resultaram de um processo de transformação de associações na província do Huambo;
- iv) Apoio à legalização de 33 associações e 10 cooperativas nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla, sendo oito associações e oito cooperativas com o processo concluído e 23 associações em vias de legalização;
- v) Promoção de uma conferência sobre Cooperativismo, Desenvolvimento Local e Terras cujo foco foi a análise de programas públicos de incidência no fortalecimento do cooperativismo agrícola, designadamente o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), o Projecto Integrado do Comércio Rural e o Projecto Minha Terra;
- vi) Assessoria às estruturas de articulação entre as organizações (núcleos, fóruns e uniões) na elaboração de planos de trabalho e na realização de encontro de concertação, no âmbito da sua participação nas sessões dos Conselhos de Auscultação a nível dos municípios nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Malanje;
- vii) Apoiada a constituição de uma rede organizações locais da sociedade civil no município do Cubal (Benguela);
- viii) Organização de oito formações sobre autarquias locais nas províncias de Benguela, Luanda e Malanje, envolvendo 115 membros (56 mulheres) de

organizações locais da sociedade civil e quadros das Administrações Municipais.

Apresenta-se, nas linhas que se seguem, o balanço do grau de alcance das metas previstas nesta componente.

Meta 1: 41 organizações de produtores (25 associações e 16 cooperativas agrícolas) de 14 municípios estruturam serviços de apoio à actividade económica dos seus membros (mecanização, crédito, comercialização, transformação e assistência técnica).

Evidências

i) 47 associações e 20 cooperativas de 11 municípios estruturam serviços de apoio à actividade económica dos seus membros, traduzidos na transformação de cereais e mandioca, comercialização de produtos zoo-sanitários e de veterinária, mecanização (preparação de 261 ha), estruturação de 9 caixas comunitárias e de 4 armazéns e assistência técnica.

Meta 2: Os mecanismos de articulação (fóruns, núcleos, uniões) constituídos nos 13 dos 25 municípios de intervenção da ADRA, funcionam como espaço de concertação entre as organizações locais e destas com as administrações municipais e apresentam propostas concretas sobre as necessidades das comunidades.

Evidências

i) Nos municípios de Kalandula, Quela, Kiwaba Nzoji e Cacuso (Malanje), 3 núcleos e 2 fóruns dinamizaram 10 encontros de concertação entre associações e cooperativas agrícolas, o que permitiu a realização de 4 encontros de audiência com as autoridades locais e consequentemente 4 alfabetizadores foram apoiados com material didático e bens alimentares;

ii) Nove (9) Organizações da sociedade civil dos Municípios do Bailundo, Caála e Longonjo articulam-se entre elas através dos espaços de concertação e articulação (Núcleos, Uniões e Fóruns), tendo refletido sobre as principais preocupações dos produtores e não menos importante participaram em dois (2) espaços de diálogo promovidos pelas Administrações Locais.

iii) Nos municípios do Cubal e Ganda, núcleos do Ndende, Chicuma e Capupa implementaram as suas acções de apoio as organizações membros com base nos planos, fruto disto foram reabilitados 4 picadas (estradas) e 6 pontes na Chicuma sobre os rios Catumbela, Kulo, Cassenge, Nhenana Karnavio e Lunga, isto está a facilitar a circulação normal de pessoas e bens.

Meta 3: As organizações da sociedade civil de 14 dos 25 municípios de intervenção da ADRA, participam activamente nos espaços de diálogo com as Administrações locais, apresentando propostas concretas sobre assuntos inerentes ao desenvolvimento dos municípios e monitoram os programas públicos e iniciativas locais

Evidências

i) Nos municípios do Bailundo e Caála (Huambo), representantes de 2 Organizações da Sociedade Civil participaram em 4 Conselhos de Auscultação da Comunidade, onde apresentaram opiniões sobre os programas Públicos em implementação (PIIM e PIDLCP). Outros sim, Núcleos, Uniões e Fóruns (constituídos por 9 associações) participaram em dois (2) espaços de diálogo promovidos pelas Administrações Locais no Huambo;

ii) No Cubal (Benguela) líderes da Associação Rede Mulher realizaram um encontro com o delegado municipal do registo civil para se inteirarem-se do funcionamento da área no sentido de facilitar o registo dos membros da organização;

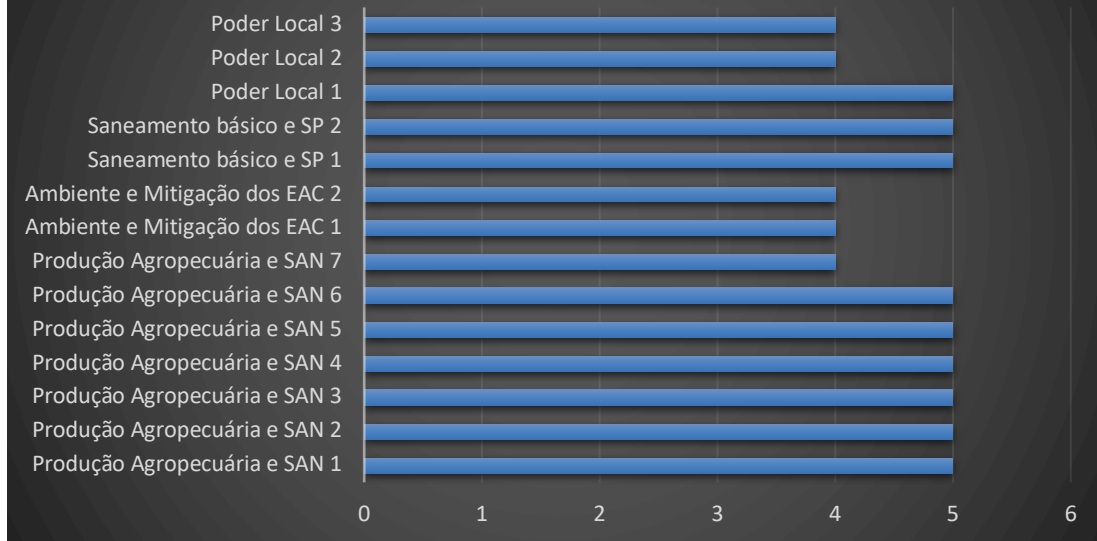
iii) Nos municípios de Cacuso, Quela, Kalandula e Kiwaba Nzoji (Malanje), 2 Núcleos e 2 Fóruns, participaram nos CACS. Fruto deste diálogo a Administração municipal de Cacuso apoiou o Núcleo com material de construção (malhaçol) para conclusão das bancadas do mercado rural e em Kalandula, representantes de 2 associações integraram o comité

3.4.1.5. Análise do desempenho do programa

O nível de cumprimento do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável foi satisfatório. Em 2020, a Agência de Desenvolvimento (AD) definiu no total 14 metas, assim distribuídas: 7 para a componente Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional; 2 para a componente Ambiente e Mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas; 2 para a componente Saneamento Básico e Saúde Pública e 3 para a componente Poder Local. Como ilustra o gráfico abaixo indicado, deste total de metas, 9 foram cumpridas e 5 registaram alto desempenho.

Gráfico 2

Gráfico 2: Nível de desempenho do PDLs



3.4.2 Programa de Cidadania e Advocacia Social

O programa de Cidadania e Advocacia Social é de extrema importância para a organização sendo que o mesmo proporciona um grande contributo no aprofundamento de temas relacionados com a sociedade, política e governação, bem como fortalece a construção de pontes e o exercício de cidadania à todos os níveis de governação. Está estruturada em 6 componentes, nomeadamente: i) Participação cívica; ii) Juventude, direitos e oportunidades; iii) Direitos da mulher; iv) Direito à terra; v) Informação, documentação e comunicação; vi) Influência de políticas públicas.

Participação Cívica

A componente Participação Cívica trata do fortalecimento da consciência cívica e de cidadania através da divulgação da legislação angolana e as convenções internacionais, promoção da participação dos cidadãos em processos de formulação de leis e políticas públicas, acções de educação cívica e eleitoral e debates sobre temas de interesse público.

Das principais acções desenvolvidas ao longo do ano de 2020, destacam-se as seguintes:

- i. Dinamização de debates públicos, seminários e workshops sobre políticas públicas e legislação das quais se destacam as Lei sobre a Tutela Administrativa das Autarquias, Lei orgânica sobre Organização e Funcionamento das Autarquias; implementação do PIIM e PEDR, OGE 2020, OGE 2021, Projecto de alteração da lei de terra, associativismo e cooperativismo, violência doméstica, com o envolvimento de 947 participantes, sendo 332 mulheres;
- ii. Produção, divulgação e distribuição de 988 cartilhas sobre legislação autárquica (lei Orgânica da Organização e Funcionamento das Autarquias, lei da Tutela Administrativa e lei das eleições autárquicas, sobre *ABC das Autarquias Locais* e igualmente e legislação autárquica (esta última também em língua Umbundu);
- iii. Realização de uma mesa redonda com os deputados do círculo provincial com 34 participantes (10 mulheres) representantes do GPS, IDA, GPE, Acção Social, Administradores municipais do Quela, Cacuso, e Malanje e adjuntos de Kalandula e Cangandala, representantes do CICA, ANASO, JEA, Autoridades tradicionais, Fóruns e Núcleos das associações de produtores dos municípios de Quela, KiwabaNzaji, Cacuso, Kalandula, Cangandala, Jornalistas.
- iv. Realização de 31 eventos online nas províncias abrangidas de intervenção da ADRA sobre diversos temas de interesse público, nomeadamente, o impacto do Covid-19 ; violência contra a mulher; SAN e combate a pobreza; HIV; Educação e desenvolvimento no meio rural; Desafios e perspectivas na implementação do programa do Kwenda; Dinamização da economia no meio rural; O direito à terra em Angola; Apresentação de folhetos sobre o OGE revisto 2021; Associativismo e Cooperativismo: a experiências das associações femininas da Chicuma; Proposta do OGE 2021: social de Angola; Projecto de Alteração da Lei de Terras.; Realização de um evento online sobre Alteração sobre Lei de terras, que contou com a participação da Rede Terra, DW, SOS Habitat e Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

- v. Realização de Ondjangos comunitários em Benguela (Cubal, Ganda e Baia Farta) sobre o Plano municipal multisectorial de combate a Covid-19, o PDLCP e a implementação do Programa Integrado de Intervenção aos Municípios e do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, dos projectos cabimentados no município do Cubal e o ponto de situação das obras da comuna da Capupa (construção de 1 escola de 7 salas de aulas e terraplanagem do troço secundário entre a povoação da Utalala a povoação Caipumba), bem como a situação do reembolso do crédito de sementes de milho, cedidos pelo IDA na Ganda. Participaram desses Ondjangos um total de 112 pessoas, das quais 35 mulheres, entre membros das associações, nos e cooperativas, autoridades tradicionais, coordenadores povoacionais e quadros das administrações comunais.
- vi. Realização de 10 debates radiofónicos em parceria com as estações de rádio Eclésia (5), Rádio Malange (4), Rádio Cunene (1) em que as abordagens se circunscreveram na monitoria do OGE; impacto do OGE na vida das mulheres; apresentação dos relatórios dos estudos acesso à água, alimentação e ao registo de nascimento; Projecto de alteração da lei de terra; Proposta do OGE 2020 revisto; Posicionamento sobre o OGE 2021; Jornada da mulher rural. Participaram desses debates, o Director Geral da ADRA, Directora da Unidade de Comunicação Advocacia Social Assistentes de Projectos, Assistentes de Comunicação membros das comunidades, quadros de instituições do Estado, Directores da Antenas.

Apresenta-se, a seguir, a síntese do balanço das metas projectadas nesta componente.

Meta 1: em 25 municípios onde a ADRA intervém, 73 organizações locais têm acesso a informação sobre a legislação fundamental (Constituição da República de Angola, lei de terras, lei das associações e das cooperativas, lei das águas, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, lei contra a violência doméstica, lei das cooperativas, pacote legislativo autárquico, Lei da administração local do Estado)

Evidências

i) Em 21 municípios onde a ADRA intervém, 110 organizações locais tiveram acesso às seguintes leis:

- Lei 25/11 - contra violência doméstica;
- Lei 15/16 - orgânica sobre organização e funcionamento dos Espaços da Administração local do Estado;
- Lei 23/15 - das cooperativas;
- Lei 9/04 - de terras;
- Lei 27/19 - do regime das autarquias locais;
- Decreto presidencial 230/19 – orçamento participativo;
- Decreto presidencial 81/20 - sobre a calamidade pública;
- Decreto Presidencial 202/19 que regula o funcionamento das Administrações do Estado
- Direito a Água.

Grau de cumprimento da meta 1: Alto

**Meta
autárquica
Local
lei de
Evidências**

i) Em 12 dos 25 municípios onde a ADRA intervém, foram dinamizados 69 sessões de debates sobre o pacote legislativo, legislativo autárquico, implementação do PIIM e PEDR, OGE, autarquias locais e projecto de alteração da lei de terra.

Grau decumprimento da meta: suficiente

3.4.2.3 Juventude, Direitos e Oportunidades

- i. Com esta componente pretende-se estimular a participação dos jovens nos espaços de debates onde poderão discutir e exigir seus direitos no termo da legislação em prol da juventude.
- ii. A concretização do acima descrito é feita através da promoção de espaços juvenis de debates e de lideranças juvenis, o reforço e promoção do associativismo e empreendedorismo juvenis, o apoio aos jovens estudantes na elaboração de trabalhos de fim de curso e criar parcerias com actores que defendem a causa da juventude.
- iii. Deste modo, descrevem-se as grandes actividades realizadas em 2020
- iv. Realização de 5 debates juvenis entre os quais, 1 sobre Autarquias Locais: Desafios para a Juventude em Malanje; 1 sobre empreendedorismo juvenil; 1 sobre as drogas, álcool e o desemprego no seio da juventude no município do Cubal e (2) sobre HIV/SIDA e Medidas de Biossegurança sobre a Covid-19, tendo envolvido um total de 102 jovens dos quais 30 mulheres membros das associações e cooperativas, partidos políticos, instituições públicas, igrejas e membros da Sociedade Civil local, igrejas.
- v. Mobilização de 30 jovens dos municípios de Kalandula, Quela, Cacuso e Kiwaba Nzoji a participarem dos encontros de concertação dos fóruns municipais de Quela e Kiwaba Nzoji e dos núcleos do Cota (Kalandula) e Lombe (Cacuso).
- vi. Realização de capacitações sobre liderança, associativismo juvenil e empreendedorismo envolvendo a participação de 491 membros, dos quais 157 mulheres e 164 jovens dos quais 68 mulheres, provenientes de 7 associações e 4 cooperativas, empresários locais, OSC locais e instituições públicas nos municípios do Cubal e Ganda.
- vii. A Antena Malanje negociou com o Instituto Médio Agrário de Malanje (IMAM), a disponibilidade de estudantes para a realização de estágios nos municípios abrangidos pela intervenção da Antena; foram seleccionados 7 (3 mulheres) estudantes do IMAM, como beneficiários do Projecto Monitoria das Políticas públicas;
- viii. No Huambo foram apoiados 56 jovens dos quais 27 mulheres nas suas iniciativas económicas através das caixas comunitárias nos três (3) Municípios de intervenção da Antena;

O balanço das metas da componente é apresentado a seguir.

Meta 1: Até final de 2020, em 7 municípios são dinamizados 11 grupos juvenis

Evidências

i) Nos 5 municípios de intervenção foram dinamizados 7 grupos juvenis na sua estruturação e funcionamento, no desenvolvimento de suas actividades agrícolas, pequenos negócios através das caixas comunitárias, em actividades recreativas (futebol e música).

Meta 3: Até final de 2020, são apoiados 23 estudantes na realização de estágios, no âmbito dos trabalhos de fim de curso e 4 estudantes na elaboração de trabalhos académicos e no acesso a informação.

Evidências

1. Foram apoiados 42 estudantes, 31 na realização de estágios (Segurança alimentar e poder local) e 11 na elaboração de trabalhos de fim de curso na linha do Meio Ambiente; Sustentabilidade, Produção de sementes; OSC e Democracia em Angola, Pobreza no país, Empreendedorismo Agrícola em África.

Grau de cumprimento da Meta: Cumprida

3.4.2.4 Direitos das Mulheres

As preocupações com a promoção de justiça de Género sempre fizeram parte das preocupações da ADRA. Nesta componente tem que se prestar uma maior atenção à protecção do direito das mulheres através da promover de lideranças femininas e a participação de mulheres nos espaços de decisão, apoio às iniciativas voltadas para a promoção da alfabetização, promoção de debates sobre os direitos da mulher, acesso a informação e serviços públicos, apoiar as iniciativas económicas das mulheres e estabelecimento de parcerias com organizações que trabalham temas ligados ao direitos das mulheres;

Das acções realizadas, destacam-se as seguintes:

- i. Realização de 15 sessões de capacitação sobre justiça de género, associativismo e liderança feminina nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Malanje (Quela, Cacusó, Kiwaba Nzoji e Kalandula,) com 592 participantes dos quais 280 mulheres;
- ii. Realização de 6 encontros de mulheres em Benguela, Malanje, Huambo e Huíla sobre Saúde Sexual e Reprodutiva da mulher, Direitos da Mulher e Género e o impacto da Covid 19 na vida das mulheres, tendo participado 193 mulheres.
- iii. Apoio à iniciativas económicas de 218 mulheres no Huambo (Bailundo, Longonjo e Caála), através das caixas comunitárias (compra e venda de produtos de primeira necessidade e confecção de pão);
- iv. Apoio a 3 cooperativas no município do Cubal para o registo dos alfabetizadores e na mobilização dos materiais junto da Direção Municipal da Educação e na inscrição de 94 membros dos quais 88 mulheres, na alfabetização no Município do Longonjo ;
- v. Foram apoiadas 71 Mulheres para a a obtenção do registo de nascimento pela primeira vez aguardando pela recepção dos acentos de nascimento para obtenção do Bilhete (Caluquembe e Ombandja).

O balanço das metas nesta componente revelou o seguinte quadro:

Meta 1: Até final de 2020, em 15 dos 25 municípios onde a ADRA intervém, 2.472 mulheres têm acesso a informação sobre os seus direitos

Evidências

i) Nos 16 municípios dos 25 de intervenção 1.776mulheres tiveram acesso a informação sobre a Carta Africana da lei contra violência doméstica, criminalização do aborto, Justiça de género, saúde reprodutiva das mulheres, liderança feminina, empoderamento da mulher e participação nos espaços de tomada de decisão.

Grau de cumprimento da meta : Alto

Meta 2: Em 3 dos 25 municípios onde a ADRA intervém são dinamizados 3 grupos específicos/associações de mulheres

Evidências

i) Dinamizados duas (2) associações e uma (1) cooperativa de mulheres nos municípios do Bailundo e Longonjo, as mesmas estão a desenvolver actividades agrícolas, pequenos negócios, serviços de escoamento e comercialização, actividades culturais e interação com as Administrações Locais, EDAs e Direção Provincial da Cultura

Grau de cumprimento da meta: Alto

Meta 3: Em 2 municípios de intervenção (Kiwaba Nzoji e Kalandula) são apoiadas iniciativas económicas de 2 mulheres

Evidências

i) Nos municípios de Kalandula, Quela e Cacuso, 3 mulheres implementaram projectos de Micro-crédito, sendo 2 comerciais e 1 agrícola.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

Meta 4: Em 16 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, a percentagem de mulheres que ocupa postos de liderança nas organizações locais aumenta de 28,47% para 36,18%

Evidências

i) Em 17 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, as mulheres que ocupam postos de liderança nas organizações locais aumentam de 28,47% para 34,86%

Grau de cumprimento da meta: Alto

Meta 5: Em 7 municípios de intervenção da ADRA são apoiadas mulheres em situações de conflitos e estas intervêm em outras situações ***de conflitos***.

Grau de cumprimento da Meta: nula

3.4.2.5 Direito à Terra

O direito à terra é uma questão de cidadania daí ter sempre despertado atenção da ADRA. Esta componente visa fundamentalmente desenvolver acções de apoio às comunidades rurais na defesa dos seus direitos fundiários e de advocacia social orientada no acesso à delimitação e emissão de títulos de terras comunitárias.

A sua concretização é feita através de acções de educação jurídica e de advocacia social voltadas para a promoção dos direitos de acesso aos recursos naturais associados à terra, apoio aos processos de legalização de terras nas comunidades rurais e ao processo de mediação de diferentes tipos de conflito de terras e também pela organização de debates públicos sobre a problemática da terra nas sedes municipais, provinciais e nacional.

Para o efeito, destacam-se as principais actividades realizadas:

- i. Realização de palestras, formação e divulgação da Lei de terra no Huambo (Bailundo e Longonjo) e em Malanje (Kiwaba Nzoji) com a presença de representantes de associações, Autoridades tradicionais, 287 participantes, sendo 126 mulheres;
- ii. Realização de debate radiofónico sobre legalização das terras rurais comunitárias, na qual participaram, representantes do IGCA, da Procuradoria-geral e das comunidades de Malanje (de Cacuso, Kiwaba Nzoji, Kalandula);
- iii. Realização de encontros de reflexão e de auscultação às comunidades nos municípios de intervenção sobre a proposta de Alteração da Lei de terras;
- iv. Realização de assessoria a 12 cooperativas agrícolas na legalização de 5.550 hectares de terra de produção às comunidades de Malanje (Quela, Kalandula, Cacuso e Mucari);
- v. Realizada 1 conferência nacional sobre associativismo e cooperativismo e a problemática da terra, em Luanda, com a participação de 98 pessoas das quais 28

mulheres. Os debates, conferências e palestras congregaram cerca de 1.147 participantes, dos quais 335 foram mulheres.

Apresenta-se, abaixo, o balanço do grau de cumprimento das metas.

Meta 1: Em 8 dos 25 municípios onde a ADRA intervém, 10 comunidades estarão como o processo de delimitação participativa das suas terras.

Evidência

i) Na Huila em 3 municípios, 7 comunidades com o processo de delimitação em curso e 1 com delimitação concluída.

Grau de cumprimento da meta: Suficiente

Meta2: Em 4 municípios de intervenção são apoiadas 7 comunidades no encaminhamento dos seus processos as instituições o Estado com vista a legalização das suas terras.

Evidência

i) Em Benguela em 2 municípios, 2 comunidades deram entrada do processo da documentação aos órgãos de direito e 43 processos de atribuição dos títulos individuais foram encaminhados ao IGCA Benguela, e destes 6 membros dos quais 2 mulheres possuem os seus títulos de concessão.

Grau de cumprimento da meta: Suficiente

Meta3: Assegurada a realização de debates, workshops e conferências sobre a problemática da terra a nível provincial, regional e nacional.

Evidência

i) Realizada 1 conferência nacional sobre associativismo e cooperativismo e a problemática da terra; dinamizados 4 palestras no Huambo e 3 eventos online, igualmente sobre a problemática da terra.

Grau de cumprimento da meta: Alto

Informação, Documentação e Comunicação

Nesta componente a ADRA pretende não só assegurar que a imagem e mensagem da organização e dos projectos seja coerente com as causas que defende e os princípios que a regem como também assegurar os mecanismos de intervenção nos espaços públicos.

Suas linhas de acção cingem-se fundamentalmente na edição, publicação e divulgação de estudos e sistematizações de experiências, revitalização das publicações das Antenas e Sede, promoção constante e com qualidade das causas defendidas pela organização na mídia, estandardização da marca da ADRA, Organização do acesso bibliográfico da organização e fomento de parcerias com instituições do saber, visando a produção e disseminação de conhecimentos.

Abaixo a descrição das principais realizações:

- i. Realização de 7 estudos e divulgação de 6 através dos medias e das redes sociais (facebook da ADRA e Youtube)
- ii. Sistematização da experiência do Cisterna Calçadão, mitigação dos efeitos da Seca no município dos Gambos (Huila) e, em curso as sistematizações da experiência sobre a participação da mulher no processo de desenvolvimento das comunidades e cooperativismo e lideranças comunitárias (Huambo) e, 8 vídeos de histórias de sucesso de mulheres, membros das comunidades de Benguela, Huila, Huambo e Malanje
- iii. Impressão de 500 exemplares da Avaliação do programa de alfabetização e aceleração escolar (Benguela), 30 exemplares dos estudos sobre o acesso à alimentação, água e registo de nascimento (Malanje), 500 exemplares do estudo sobre a participação da mulher nos processos produtivos, 6000 exemplares da Banda Desenhada sobre VIH/SIDA e 3000 exemplares de folhetos temáticos do OGE 2020;
- iv. Divulgação mensal nas redes sociais (facebook) em média de 31 realizações aos diferentes níveis e mais de 254 aparições nos diversos Órgãos de Comunicação Social tradicionais (Rádio, Televisão e Jornal) e digitais, Agências de Notícias e outros sites de instituições e organizações, através de concessão de entrevistas, reportagens jornalísticas nas áreas de intervenção dos projectos, participação em debates radiofónicos e televisivos e outros;
- v. Celebração do 30º aniversário da ADRA através de 27 eventos online sobre a história da trajectória da ADRA cujos narradores foram ex trabalhadores membros da ADRA e líderes das comunidades e do lançamento da 1ª Edição, II Série do Boletim Humbi Humbi da ADRA;
- vi. Elaboração e adopção do manual de identidade visual com todas as estruturas
- vii. Criação e socialização do logotipo do 30º aniversário da ADRA
- viii. Adaptação e vectorização do logotipo original da ADRA, depois de devidamente aprovado pela Assembléia Geral da ADRA

Apresenta-se, a seguir o balanço das metas.

Meta 1: Até ao final de 2020, a ADRA divulga 6 estudos, através dos medias e das redes sociais.

Evidências

i) Divulgados 6 estudos (Acesso à água, alimentação, registo de nascimento, Banda desenhada sobre VIH, estudo sobre a Participação da Mulher nos Processos), através dos parceiros, medias e das redes sociais:

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

Meta 2: Até final de 2020, sejam realizados 5 estudos e sistematizadas 8 experiências

Evidências

i) Concluído a realização de 6 estudos e sistematizada 1 experiência na Huíla sobre Cisterna Calçada.

Grau de cumprimento da meta: Suficiente

Meta 3: Editados e publicados 6 estudos

Evidências

i) Editados e publicados 7 estudos, designadamente o acesso à água, alimentação e registo de nascimento (Malanje); manual sobre finanças públicas, política públicas e advocacia social; Banda desenhada sobre VIH; Participação da Mulher nos Processos Produtivos; Alfabetização e aceleração

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

Meta 4: A ADRA divulga com regularidade as acções, através dos medias e das redes sociais

Evidências

i) Foram divulgados mensalmente nas redes sociais (facebook) em média 31 acções levado a cabo pela Organização;

ii) Durante o ano de 2020, a ADRA foi citada mais de 254 aparições nos diversos Órgãos de Comunicação Social tradicionais (Rádio, Televisão e Jornal) e digitais, Agências de Notícias e outros sites de instituições e organizações

iii) Em 2020, foram publicados 28 vídeos na plataforma do Youtube;

iv) Elaborado o boletim Humbi-Humbi.

Meta 5: Os principais eventos públicos têm cobertura dos meios de comunicação social, garantindo maior visibilidade da Organização.

Evidências

i) Cerca de 70% dos principais eventos públicos tiveram cobertura dos meios de comunicação social (Rádio, Televisão e Jornal), este último com mais destaque, o que permitiu granjear maior visibilidade das acções que a Organização desenvolveu.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

Meta 6: Anualmente, todas as estruturas da ADRA têm o acervo bibliográfico organizado, actualizado, conservado e acessível.

Evidências

i) A Sede tem o acervo bibliográfico organizado, actualizado, conservado e acessível;

ii) Organizado o material bibliográfico das Antenas, faltando a sua catalogação.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

3.4.2.6 Influência nas Políticas Públicas

A componente de Influência nas Políticas Públicas é de extrema importância no processo de advocacia social junto do Estado a seus diferentes níveis de actuação. A ADRA pretende influenciar com conhecimentos adquiridos através da sua prática, de forma qualificada e em conjunto com outras organizações da sociedade civil diferentes políticas públicas para que seus projectos e programas respondam às reais necessidades e prioridades das populações mais vulneráveis.

Ela é composta por três linhas de acção, designadamente, i) Monitorar as políticas e programas públicos na óptica dos direitos humanos; ii) Participar em conjunto com outras organizações da sociedade civil no ciclo do OGE; iii) Promover iniciativas articuladas de debate e influência sobre as políticas públicas ligadas ao ambiente e recursos naturais na região africana.

Descreve-se a seguir as principais realizações que mais se destacaram em 2020

- i. Realização de 3 formações sobre Monitoria Social em Malanje, Benguela e Huambo, com a participação do CICA, PMA e PNUD e em que tomaram parte dessas formações 17 pessoas, entre elas 9 mulheres

- ii. Elaboração de posicionamentos da ADRA sobre: i) Orçamento 2020 Revisto; ii) Abertura dos orçamentos públicos (contexto COVID-19); iii) OGE 2020; Regresso às aulas que foram partilhados com a Assembleia Nacional, Tribunal de Contas e Departamentos Ministeriais
- iii. Realização de Monitoria do processo da proposta de revisão da Lei de terra e dos Programas de Combate a Pobreza, o PIIM e o Programa Minha Terra em Malanje (Cacuso, K.Nzaji e Kalandula) e Benguela (Cubal e Ganda).
- iv. Divulgação do posicionamento conjunto ADRA/ OPSA sobre a proposta do OGE 2021, aos membros da ADRA, Assembleia Nacional, Tribunal de Contas, Órgãos de Comunicação Social e Redes sociais;
- v. Realização de evento online sobre os desafios do OGE 2021 com participação do OPSA e do CEIC e um Workshop sobre análise do OGE 2020 no município sede do Huambo que contou com 43 participantes dos quais 11 mulheres;
- vi. Apoiada a participação de uma líder comunitária membro da associação feminina Twapama no Huambo (Longonjo) no Alternative Mining INDABA, na África do Sul .
- vii. Participação de forma virtual no Tchota-Angola realizado na Lunda Norte, com uma apresentação sobre “A mulher vs Extractivismo. Participaram 86 entre membros do Governo local, autoridades tradicionais das zonas mineiras, representantes de partidos políticos com assento no parlamento, membros da Sociedade Civil das Províncias do Moxico, Cuando Cubango e Lunda-Sul, Estudantes Universitários e outros.

O balanço das metas revelou o seguinte quadro de evidências/resultados:

Meta 1: A ADRA monitora 7 programas públicos de incidência local nos municípios de intervenção.

Evidências

- i) A Sede está envolvida na monitoria do processo da proposta de revisão da Lei de terra.
- ii) Nos municípios da Ganda e Cubal (Benguela), foram monitorados 2 programas (PDLCP e PIIM) na linha do apoio a agricultura familiar este exercício reforçou a necessidade de priorizar no PIIM a reabilitação da via secundaria da serra do Ngangawe;
- iii) Nos municípios do Cacuso, Kiwaba .Nzaji e Kalandula (Malanje) foram igualmente monitorados o Programa de Combate a Pobreza, o PIIM e o Programa Minha Terra;
- iv) Enquanto no Huambo foi monitorada de igual modo a implementação do PIDLCP e PIIM através da participação dos representantes das OSC nos Conselhos de Auscultação das Comunidades. em que permitiu ter acesso a informação sobre o nível de execução destes programas assim como questionar, partilhar experiências e propor acções e metodologias de melhorias para que o impacto das acções na vida das comunidades sejam mais evidentes.

Grau de cumprimento da meta: Suficiente

Meta 20: A ADRA, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, apresenta um posicionamento público sobre a proposta do Orçamento Geral do Estado 2021

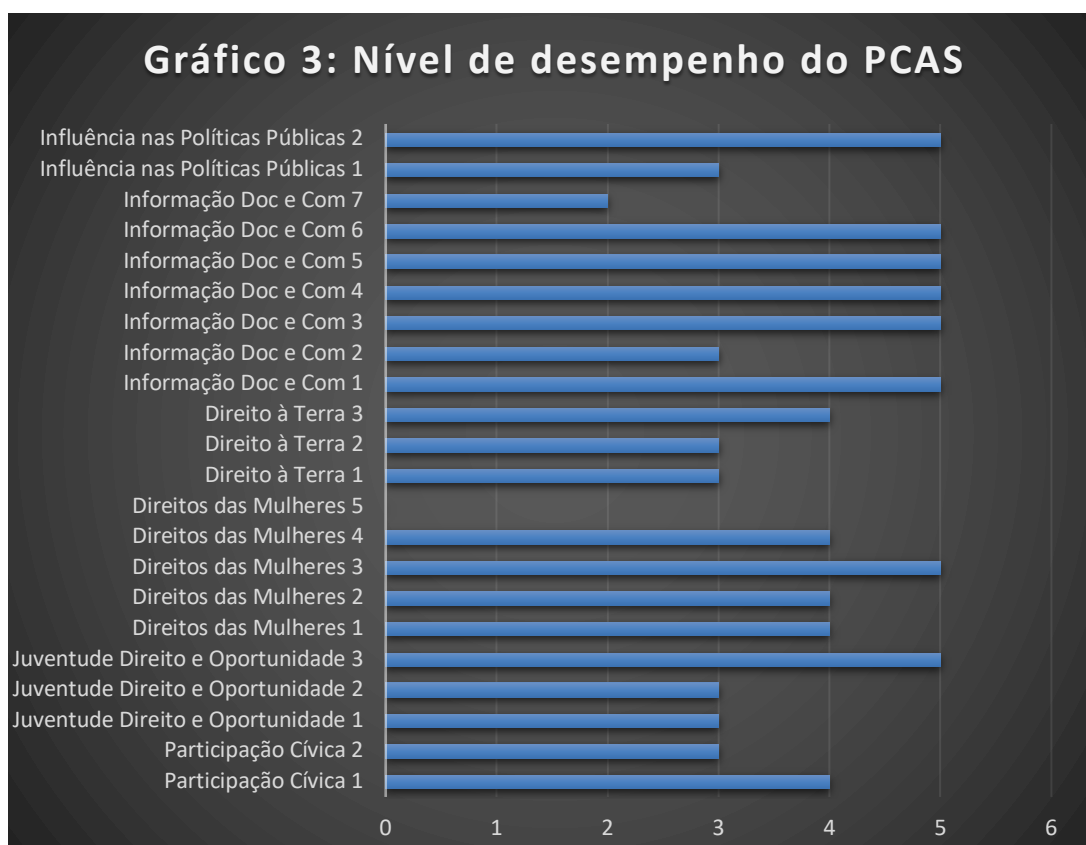
Evidências

i) A ADRA em parceria com o OPSA analisou e emitiu um posicionamento público sobre o OGE 2020 revisto e o OGE 2021.

3.4.2.7 Análise do desempenho do Programa de cidadania e Advocacia Local

A execução das acções previstas no Programa de Cidadania e Advocacia Social foi satisfatória, na medida em que das 22 metas previstas, 8 delas foram cumpridas, 5 registou alto desempenho, 7 suficientes, 1baixo e 1 nula. Em relação as componentes, podemos verificar que houve avanços significativos nas componentes de Informação, Documentação e Comunicação, Influenciar de políticas públicas e participação cívica. Com a presença da COVID-19 no nosso país, conseguiu-se rapidamente adaptar os eventos as tecnologias de informação disponíveis. As componentes dos direitos da mulher e da Juventude, Direitos e Oportunidades e Direito á terra, ainda constituem grandes desafios na concretização de algumas linhas de acção, como é o caso das linhas de acção sobre conflitos de terras, legalização de terras, e acções económicas para a juventude no meio rural.

Gráfico 3



3.4.3 Programa de Desenvolvimento Organizacional

O Programa de Desenvolvimento Organizacional (PDO) visa a criação de condições organizacionais que respondam às exigências estratégicas e programáticas da intervenção da Organização e está estruturado em 4 componentes, nomeadamente: i) Gestão e desenvolvimento do pessoal; ii) Gestão Administrativa, Financeira e de Património; iii) Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação e; iv) Vida Associativa e Governação.

3.4.3.1 Gestão e Desenvolvimento do Pessoal

Esta componente tem duas grandes áreas temáticas: i) Gestão para responder aos desafios da planificação, assumpção de princípios e valores da organização garantindo deste modo mudança nos comportamentos como disciplina laboral, maior compromisso e ética e ii) Desenvolvimento do pessoal para responder aos desafios do ajustamento de políticas, tornar a avaliação de desempenho como um elemento diferencial de competitividade, da sustentabilidade financeira entre outros.

A mesma compreende 3 linhas de acção principais: i) Promoção de boas práticas, valores e princípios da cultura organizacional; ii) Melhoramento dos mecanismos de gestão e desenvolvimento do pessoal e iii) Promoção da equidade do género.

Nesta linha de acção, destacam-se as seguintes actividades:

- i. Realização de 6 assembleias de trabalhadores (sendo duas para a eleição seus de representantes e 4 para o debate e reflexão sobre direitos e deveres dos funcionários) a nível da AD contando com a participação de 73 funcionários, dos quais 29 mulheres e 44 homens;
- ii. Realização de 32 encontros de reflexão sobre os princípios e valores da Organização com a participação de 75 funcionários, dos quais 33 mulheres;
- iii. Realização de um inquérito para avaliação dos níveis de motivação e satisfação dos quadros da Agência;
- iv. Realizada avaliação de desempenho em todas as estruturas da A.D com o novo instrumento de avaliação de desempenho, tendo sido avaliados 83 funcionários dos quais 31 mulheres.
- v. Realização do Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras da ADRA onde participaram 32 funcionárias cujos temas debatidos foram: Medida de integração na Perspectiva de Género no Trabalho e Impacto da Covid-19 na vida das mulheres;
- vi. Realizado um encontro sobre Direitos das mulheres, assédio e abuso sexual com a participação de 7 mulheres.

Das metas definidas abaixo descreve-se o grau de alcance

Meta 1: Actualizadas as ferramentas de avaliação de desempenho que permitem aferir os níveis de desenvolvimento, compromisso e satisfação dos quadros.

Evidências

- i) Ficha de avaliação de desempenho actualizada em função TdR de cada posto de trabalho, o que permitiu aferir melhor o desempenho dos quadros, assim como a identificação dos pontos fracos e fortes
- ii) Conhecido o nível de satisfação dos funcionários da AD.

Grau de cumprimento da Meta: cumprida.

Meta 2: Assegurado o cumprimento de férias e formação de pelo menos 2 trabalhadores por estruturas.

Evidências

i) Durante o ano, o nível de execução do plano de férias foi de 50 %.

ii) 6 quadros da Sede (4 mulheres e 2 homens) beneficiaram de uma formação de Excel básico e intermédio. Outrossim, a nível das Antenas foram levados a cabo acções formativas dos quadros sobre associativismo e cooperativismo, caixas comunitárias, aplicação de inquéritos, entre outros, com a participação de 24 pessoas (8 mulheres).

Grau de cumprimento da Meta: Suficiente

Meta 3: Até final de 2020, pelo menos 45% dos postos de chefia são ocupados por mulheres.

Evidências:

i) 40% dos postos de chefia são ocupados por mulheres

Grau de cumprimento da Meta: Alta.

3.4.3.2 Gestão Administrativa, Financeira e de Património

Esta componente visa melhorar os instrumentos de gestão financeira, administrativa e de património de modo a garantir a transparência, compreensão, o desenvolvimento e exploração dos bens e serviços.

A ADRA tem como desafio garantir a diversidade, explorando todas as oportunidades de angariamento de fundos possíveis, através das seguintes linhas de acção: i) Diversificar as fontes de financiamento; ii) Reforçar o sistema de planificação, monitoria e gestão; iii) Constituir reservas financeiras; iv) Aprimorar o sistema de informação para a gestão; v) Desenvolver e aplicar uma estratégia de gestão do património e; vi) Melhorar e aplicar instrumentos de gestão administrativa.

Para a concretização descrevem-se as actividades que mais se destacaram:

- i. Realização de contactos/encontros com o BFA, EXXO, Open Society, Misereor, USAID, União Europeia, Embaixada da Alemanha, Solidariedade Prática, BP, Fundação HSS da Alemanha, a PPM, embaixada da Suíça, BDA, Fresan, FAS, Embaixada da Holanda e a embaixada da França que resultou na negociação de novas propostas de Projecto; . Elaboração de 21 propostas de projectos.
- ii. Realização de acções de captação de recursos próprios através da rentabilização de algum património, nomeadamente: Casa e anexo do escritório dos Gambos e Casa de passagem do Lubango (Huila); 2 anexos do NCA e sala de reuniões (Benguela); Sala de reuniões (Huambo); Casa de passagem (Malanje); Abate de três viaturas (Huila e Malanje); realização de consultorias sendo 1 com a Agropromotora e 1 com o SAMAP e negociação de overheads através dos projectos ESSO-LÉPI, GAS e Grande Plutónio(BP)
- iii. Elaboração do: i) Plano de Acção Indicativo da Agência; ii) Planos Operativos das Antenas; iii) Orçamento consolidado por antena e sede e; iv) Orçamento Geral da Agência;
- iv. Realização de: i) 5 auditorias semestrais dos projectos com a PPM; ii) 1 auditoria anual do Projecto Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e; iii) 1 auditoria consolidada anual; iv) 4 visitas de monitoria financeiras às antenas;
- v. Programa Primavera funcional e actualizado, mas necessita de uma migração da versão 9 para a versão 10 com uma interface mais interativa e uma linguagem programática mais simples.
- vi. Actualização do inventário do património da Antena Huila e criação dos respectivos códigos de identificação;

- vii. Aquisição ao Estado da casa de passagem do Chamavo e conclusão do pagamento da aquisição do escritório da Sede.

Abaixo são descritas o desempenho das metas referente a componente

Meta 1: São elaborados e submetidos aos doadores pelo menos 8 propostas de projectos.

Evidência

- i) Elaborados e submetidos 21 propostas de projectos, sendo 10 propostas aprovadas, 5 não aprovadas e 6 encontram-se em negociação;

Grau de cumprimento da Meta: Cumprida

Meta 2: Arrecadados pelos menos 60.000 USD de receitas provenientes do património.

Evidência

- i) Arrecadados do património U\$58.279 através de abates de viaturas, rendas e alugueres de imóveis e viaturas e casa de passagem;

Grau de cumprimento da Meta: Alta

Meta 3: Actualizadas as ferramentas de gestão administrativa (Manual de procedimentos, Qualificador, regulamento dos RH, Inquérito de satisfação, Regulamento da AD.

Evidências

- i) Está em curso a actualização do Qualificador ocupacional, Regulamento de RH e o Manual de procedimentos administrativos;
- ii) Está em curso igualmente a elaboração da Política de RH, Manual de avaliação de desempenho;
- iii) Aprovado o Regulamento da AD;
- iv) Realizado o inquérito de satisfação.

Grau de cumprimento da Meta: Suficiente.

Meta 4: Assegurada a legalização de 14 imóveis a nível da AD.

Evidências

- i) A Sede aguarda pelas Escrituras Públicas do Escritório Sede da ADRA e da Casa de Passagem do Chamavo;
- ii) Huambo, amortizada 31% da dívida com as rendas da casa do Bailundo;
- ii) Malanje solicitada a habitação a compra da residência de Kalandula em nome da Organização e está em avaliação pelo gabinete das finanças a residência da Maxinde para o pagamento da sisa;
- iii) Existência de informes mensais do património onde se pode acompanhar os passos que estão a ser dados na regularização do património.

Grau de cumprimento da Meta: Baixo

Meta 5: Assegurada a manutenção de 18 imóveis da AD.

Evidências

- i) Feita a manutenção e obras de melhoria no escritório Sede da ADRA;
- ii) Escritório do Cubal em Manutenção;
- iii) Feita a manutenção no escritório da Antena Benguela;
- iv) Obras de melhoria e manutenção feita no escritório e centro de formação da Antena Malanje;
- v) Manutenção os escritórios municipais Quela e Kiwaba Nzoji da Antena Malanje;
- vi) Feitas obras de ampliação do escritório da Antena Huíla;
- vi) Igualmente foram feitas obras de manutenção no escritório da Antena Huambo.

Grau de cumprimento da Meta: Suficiente.

3.4.3.3 Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação

A monitoria, a aprendizagem organizacional e a inovação constituem elementos cruciais para se obter avanços no desempenho do PDO e, conseqüentemente, na prossecução dos objectivos estratégicos, implicando um investimento significativo em processos de análise interna. As linhas de acção propostas nesta componente visam assegurar uma dinâmica de funcionamento interna que proporcione condições de análise permanente da intervenção através da reflexão da sua prática.

As linhas de acção propostas para esta componente são: i) implementar um sistema de monitoria e avaliação adequado à natureza da actividade da ADRA; ii) Dinamizar o funcionamento regular dos espaços institucionais; iii) Reforçar as formações em Desenvolvimento Comunitário; iv) Realizar acções de formação específica; v) Analisar regularmente o nível de desenvolvimento organizacional através de auto-diagnóstico; vi) Promover iniciativas de troca de experiência com outras organizações da sociedade civil

Abaixo descrevem-se as realizações que mais se destacaram:

- i. Elaboração dos instrumentos de recolha de informação (perfil das aldeias, das organizações e dos beneficiários), para inserção ao sistema de monitoria pela consultora Movimentar;
- ii. Realização 30 Conselhos de Coordenação, 4 Conselhos de Gestão, 1 encontro técnico da Unidade de Projectos e Desenvolvimento onde participaram 16 pessoas dos quais 7 mulheres e 9 homens e um da Unidade de Comunicação e Advocacia Social com a participação de 17 pessoas dos quais 8 mulheres e 9 homens;
- iii. Realização de 4 sessões de formação em Desenvolvimento Comunitário. Participaram das formações 136 pessoas, entre as quais 59 mulheres quadros das antenas e membros da ADRA. os assuntos abordados foram: Balanço das recomendações do XX módulo em DC; Contexto geral do país e particularmente da província de Benguela em tempos da Covid-19: impactos e desafios na intervenção da ADRA; Partilha de Experiências (Escolas no Campo do Agricultor e Cadeia de Valores na vertente da comercialização agrícola); Aprofundamento do estudo do Método de Desenvolvimento Comunitário: (Escolas no Campo do Agricultor e Cadeia de Valores na vertente da comercialização agrícola);
- iv. Foi realizada em Luanda, uma troca de experiência com o grupo de monitoria Propalop de S. Tomé. Teve como objectivo fortalecer as relações entre ambos os países, quanto a monitoria das políticas públicas. Participaram 18 pessoas dos quais 8 mulheres;
- v. Participação na conferência, organizada pela Plataforma Alimenta da CPLP, subordinada ao tema: O impacto da Covid-19 e os Caminhos para a Construção de Sistemas Alimentares Resilientes;
- vi. Participação de dois quadros da ADRA (mulheres) na Conferência sobre OGE na perspectiva de género, promovida pelo grupo de mulheres parlamentares em parceria com o PROPALOP-TL. Onde estiveram presentes representantes de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, Timor Leste e outros.

- vii. Participação de quatro quadros da ADRA (sendo duas mulheres) na mesa redonda com o tema “Angola e a crise das dívidas públicas: Causas e Saídas”, realizada na Alemanha onde estiveram diversos parceiros da PPM a nível do mundo.
- viii. Participação de um quadro da ADRA na conferência sobre Transparência Orçamental.

O balanço das metas revelou o seguinte quadro:

Meta 1: Os planos de monitoria são efectivamente implementados e alimentam a elaboração dos balanços e relatórios de actividades.

Evidências

- i) Todas Estruturas têm elaborado os planos de monitoria, e conseqüentemente a sua implementação ainda não é o mais desejável;
- ii) Balanços de actividades de todas estruturas elaborados.

Grau de cumprimento da Meta: Suficiente

Meta 2: Elaborada a base de dados da Agência.

Evidências

- i) Elaborados e inseridos no sistema de monitoria os inquéritos dos perfis das aldeias, organizações e beneficiários;
- ii) Inquéritos disponíveis nas plataformas digitais (smartphones);
- iii) Adquiridos os smartphones para as estruturas;
- iv) Em curso a recolha de informação a partir dos smartphones.

Grau de cumprimento da Meta: Suficiente

Meta 3: Os espaços Institucionais (Conselhos de Gestão, Conselho de Representantes, Conselhos de Coordenação, Conselhos de Coordenação Conjunto, Encontros Técnicos de Unidades e de Mulheres da ADRA) funcionam com regularidade.

Evidências

i) Realizados 2 Conselhos de Gestão ordinários, 4 extraordinários; 2 Encontros técnicos das unidades (UPD e UCAS); 21 Conselhos de Coordenação (2 em Luanda, 4 na Huíla, 3 em Malanje, 4 em Benguela, 8 no Huambo) e 1 Encontro das Mulheres da ADRA. Espaços estes que funcionaram com regularidade permitindo a análise e resolução conjunta de questões inerentes ao funcionamento eficaz de cada estrutura.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

3.4.3.4 Governação e Vida Associativa

Desde a sua fundação, a ADRA procurou sempre assumir o desafio de introduzir melhorias nas práticas de governação, tendo em vista o cumprimento da sua missão. As linhas de acção desta componente incidem fundamentalmente na promoção do envolvimento dos membros, num esforço contínuo, que visa, em última análise, manter a vitalidade institucional da Organização.

Entre as principais acções desenvolvidas, em 2020, destacam-se as seguintes:

- i. No âmbito da dinamização do círculos de membros, houve um encontro do CD com o círculo da Huila e 2 encontros com o coordenador do Círculo de Benguela onde foram abordados assuntos inerentes a importância da participação dos membros em actividades das antenas, maior articulação com o CD, o dever do pagamento das quotas pontualmente e a disponibilidade de intervenção em espaços públicos.
- ii. Relativamente à promoção do engajamento dos membros às actividades dos órgãos executivos, 6 homens e 2 mulheres membros da ADRA estiveram engajados em eventos alusivos ao 30º aniversário da Organização em que, por via das lives foram partilhando experiências e aprendizados do seu percurso na organização.
- iii. Membros do CD acompanhantes das províncias têm prestado apoio aos órgãos executivos e à dinâmica de funcionamento dos círculos (Benguela, Huila e Huambo).
- iv. Realização das XXVI Assembléia Geral e Assembléia Geral Extraordinária, de forma virtual, tendo participado em média 42 membros da ADRA, onde, entre outros, foi aprovado o Estatuto da ADRA revisto, a venda de 2 imóveis para colmatar a dívida do BCI, redireccionado as acções da Comissão de Gestão, e recomendados carta ao Presidente da República sobre o estatuto de Utilidade Pública e á Ex Gestora da Promodes, Alberta Uimbo para clarificação das situações que ocorreram aquando da sua Gestão.

- v. Foi criada uma plataforma nas redes sociais (WhatsApp) onde 70 membros da ADRA interagem e partilham informações não só acerca da Organização como também de outros assuntos que são importantes para o nosso trabalho.
- vi. Membros da ADRA tiveram acesso a calendários e agendas cívicas;
- vii. Ratificação de candidaturas de 7 homens e 2 mulheres elevando-se para 191 o número total de membros “nominais”, dos quais 59 mulheres (equivalente 30,86%);
- viii. Relativamente ao asseguramento do funcionamento regular dos Órgãos sociais foi feita a realização de 4 reuniões ordinárias e 2 extraordinária do CD, para além de encontros presenciais e virtuais entre a Presidente do Conselho Directivo, a Vice-presidente do Conselho Directivo e o Secretário-geral;
- ix. Realização de uma reunião conjunta entre os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Directivo e Conselho Fiscal);
- x. Realização de 2 reuniões do CD com a Comissão de Gestão onde foram discutidas a problemática da tomada de decisão relativa a passagem da responsabilidade da gestão do património da Agência á sua tutela.
- xi. Realização de 7 reuniões ordinárias do Conselho Fiscal
- xii. Acompanhamento da gestão organizacional da AD e da Comissão de Gestão de Iniciativas Geradoras de Rendimento: através de Despachos periódicos com o Director Geral da AD, 3 encontros com a Comissão de Gestão de Iniciativas Geradoras de Rendimento, visita dos membros do CD às estruturas da AD (Sede e Antenas Benguela, Malanje, Huila e Huambo).

O balanço das metas previstas para esta componente ilustra um grau de cumprimento suficiente, em conformidade com as evidências abaixo indicadas.

Meta 1: Estão constituídos e a funcionar com regularidade círculos provinciais de membros, integrando jovens e mulheres que acompanham as acções da Organização

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i) Consolidados o funcionamento do círculo de membros de Benguela, Huambo e da Huila;
- ii) Apoio dos membros do Círculo de Benguela na legalização do património;
- iii) Maior interacção local entre a antiga e a nova geração de membros;
- iv) Círculos de Benguela e da Huila têm espaço físico de funcionamento numa das salas dos escritórios antenas das respectivas províncias
- v) Em curso o processo de revitalização dos círculos de membros na província de Malanje;

Grau de cumprimento da meta: Suficiente

Meta 2: O funcionamento regular dos órgãos sociais, traduzido na realização das assembleias e no aumento da participação dos membros na vida associativa contribui para a sustentabilidade institucional da Organização

Ponto de situação (evidências/resultados)

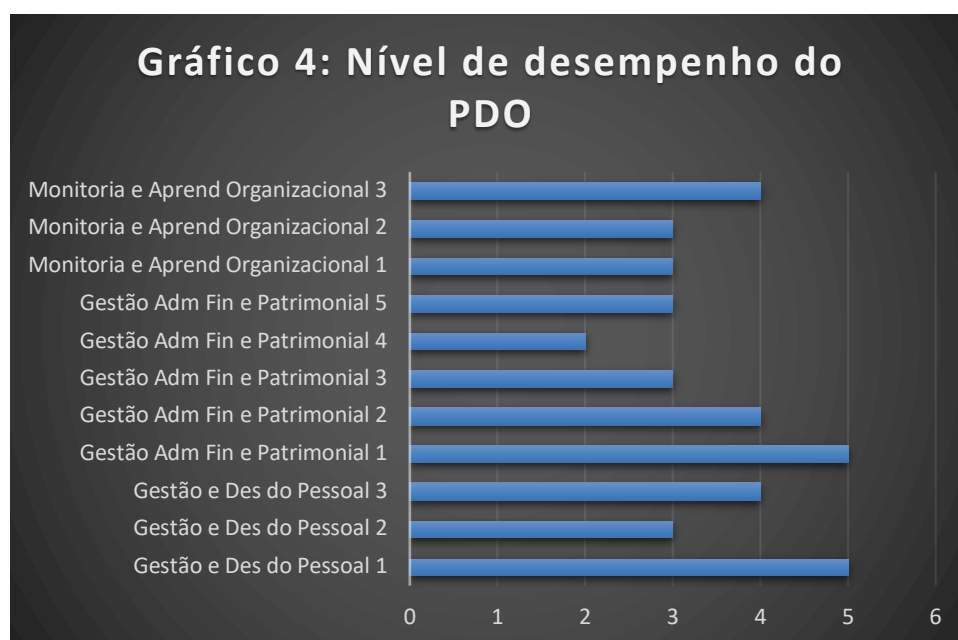
- i) Realizadas as XXVI AGO e VII AGE
- ii) Maior aproximação entre os órgãos Sociais, traduzidos em interacção e coordenação conjunta de algumas acções;
- iii) Membros da ADRA participam em actividades da Organização (lives, Conferências, Formação)
- iv) Aumento do número de membros com a mobilização de mais 9 (1Bga, 3Hb e 5Hla) sendo 7 jovens dos quais 2 mulheres.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida

Análise do Desempenho do Programa

O nível de cumprimento de metas referentes ao Programa de Desenvolvimento Organizacional (PDO) foi razoável. Em 2020, a AD definiu 11 metas para o PDO, sendo 3 para a componente Gestão e Desenvolvimento do Pessoal, 5 para a componente Gestão Financeira, Administrativa e de Património e 3 para a componente Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação. Em termos de cumprimento, 2 metas foram cumpridas, 3 alto desempenho, 5 suficiente desempenho e 1 baixo desempenho, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 4



3.5 Iniciativas Geradoras de Rendimento

A paralisação da PROMODES continua a marcar o quadro das iniciativas geradoras de rendimento. Contudo a empresa mantendo actividade de manutenção suportada pelo resultado de rendas de imóveis que a Promodes mantém arrendados, sendo a gestão feita a partir de Luanda. É com esses recursos que a empresa efectua os pagamentos dos impostos devidos ao Estado e dos salários dos poucos trabalhadores que ainda emprega. A Promodes emprega uma (1) funcionária de serviços gerais e sete (7) guardas (infelizmente faleceu um a meio do ano).

A nota de realce para o ano de 2020 foi penhora da conta bancária da Promodes junto do Banco Keve, decretada pelo Tribunal da Comarca do Lobito (ofício de 06.07.2020), no âmbito do processo de execução movido pelo BCI. A penhora foi executada pelo Banco no final do mês de Agosto de 2020. Esta conta bancária continha, na altura da penhora, um saldo no valor de Kz 4.369.664,08. Foram feitas diligências junto do BCI para debloquear a situação mas nada foi conseguido. Visto que as negociações entre a

Promodes e o BCI continuam a dar resultados palpáveis não se vislumbra ainda uma saída para esta situação.

À data de execução penhora, no final do mês de Agosto, a Promodes havia:

- a) Recebido um total de Kz 6.900.000,00, resultantes do arrendamento das instalações da empresa no Lobito (Kz 6.000.000,00) e no Waco-Kungo (Kz 900.000,00)
- b) Pago salários até ao mês de Julho, no valor líquido total de Kz 1.738.800,00
- c) Cumprido com as obrigações fiscais:
 - i. Fez o pagamento dos IPU referentes à Sede da Promodes (Kz 9.810,00), à Pensão Promodes (Kz 78.927,00) e à Nave do Lobito (Kz 13.868,00), perfazendo um total de Kz 102.605,00.
 - ii. Pagou os impostos sobre as rendas do Lobito (Kz 900.000,00) e do Waco Kungo (Kz 135.000,00), totalizando Kz 1.035.000,00.
- d) Pago parte da dívida para com a AGT, Kz 1.425.666,00, referente ao ano de 2014. A penhora da conta impediu o pagamento da dívida referente ao de 2015 (Kz 2.753.634,00). Foi feita uma carta à AGT explicando a situação.

As informações sobre as dívidas para com BCI e as negociações sobre as mesmas, bem como a situação do património são apresentadas em espaço próprio.

3.6 Execução Financeira

Nesta secção apresenta-se e analisa-se a situação financeira da ADRA referente ao ano de 2020, com incidência nos dados gerais sobre os recursos financeiros mobilizados e sua utilização ao longo do referido ano e dizem respeito às receitas e despesas realizadas.

A situação financeira da ADRA foi analisada a partir da informação disponibilizada pela Agência de Desenvolvimento. Vale ainda referir que a ADRA mantém a prática de submeter a sua gestão financeira e não só, a auditorias anuais externas contratadas mediante concurso público ou indicação directa de doadores. Os resultados das auditorias têm sido partilhados, tanto com doadores, quanto com actores estatais e não estatais nacionais e internacionais.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Em 2020 a ADRA contou com uma receita total de USD 3.934.916,97⁴ (três milhões, novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e dezasseis dólares americanos e noventa e sete cêntimos), representando um aumento em 5,91% da comparativamente ao ano 2019 em que se conseguiu uma receita total de USD 3.715.276,00 (três milhões, setecentos e quinze mil, duzentos e setenta e seis dólares americanos). De realçar que no período em análise, registaram-se perdas de valor das moedas coroa norueguesa (NOK) e coroa sueca (SEK) face ao dólar americano. Registou-se também a redução do financiamento do Projecto financiado pela NCA e coordenado pela ADRA Sede com implementação nas Antenas Benguela e Huila. Ainda assim, esses factores não tiveram efeitos negativos na variação percentual entre a receita de 2020 comparada a de 2019. Essa variação foi positivamente afectada pelos saldos iniciais dos projectos com duração acima de um ano, avaliados em USD 345.196,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e cento e noventa e seis dólares americanos).

Importa aqui referir que a Afrikagrupperna apoia financeiramente as antenas Benguela e Malanje. A NCA suporta financeiramente, um projecto de Combate à Pobreza e às Desigualdades coordenado a partir de Luanda.

Os custos ou investimento às comunidades foi de USD 3.055.862,00 (três milhões, cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois dólares americanos). Comparado ao valor total das despesas contraídas no período homólogo (2019), avaliadas em USD 3.495.637,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e seiscentos e trinta e sete dólares americanos), constata-se uma redução de 12,58% no nível de despesas. Apesar de um aumento na receita, registou uma redução na despesa devido à emergência da Covid-19 que impôs medidas restritivas no comportamento humano, a partir do mês de Março de 2020.

⁴ O valor da receita total inclui os saldos iniciais transitados do período anterior e câmbios favoráveis.

FONTES DE FINANCIAMENTO EM RECEITAS BRUTAS

Em 2020, 84% das receitas da ADRA, sem considerar os saldos iniciais, foram obtidas a partir de fontes externas, constituídas por doadores nacionais e internacionais, 12% de fontes internas e 4% de proveitos extraordinários conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 : Receitas arrecadadas nos anos 2020 e 2019 sem saldos iniciais

RECEITAS	2020		2019		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	3.589.720,84	100%	3.333.204,29	100%	3.702.110,00	100%
Receitas Internas	425.720,35	12%	326.290,50	10%	264.737,60	7%
Doadores externos	3.006.135,65	84%	2.935.299,09	88%	3.409.568,00	92%
Extraordinárias	157.865	4%	71.615,00	2%	27.804,00	1%

Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

Na tabela abaixo, encontra-se a lista de doadores nacionais e internacionais (fontes externas) que contribuíram com os 84% das receitas da ADRA em 2020 e respectivas contribuições. Pelo segundo ano consecutivo, o maior doador, em 2020 foi a Afrikagrupperna (Grupo África da Suécia), com 19% das receitas, seguindo-se a Pão Para o Mundo e a Solidariedade Prática da Suécia, ambos com 15% das receitas. A União Europeia situou-se no quatro lugar dessa classificação, com 14%. Seguem-se a BP-Angola e a Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA) nas posições imediatas, com 11% e 8% respectivamente.

Tabela 3 : Fontes de financiamento por doadores

Doadores	2020		2019		2018	
	USD	%	USD	%	USD	%
GAS	563.442,00	19	567.115,00	19	620.694,00	18
BP-Angola	330.332,00	11	399.208,00	13	555.003,00	16
NCA	245.478,00	8	393.849,00	13	738.057,40	22
União Europeia	410.185,00	14	331.636,00	11	442.573,00	13
PpM	459.200,00	15	328.197,00	11	431.735,00	13
Unicef	239.666,00	8	267.369,00	9	115.934,00	3
Solidariedade Prática	458.342,00	15	265.042,00	9	250.714,00	7
PNUD	4.021,00	0	-	-	-	-
BLOCO15	200.000,00	7	-	-	-	-
FAS	-	-	99.629,00	3	133.005,00	4
OSISA	14.213,00	0	70.000,00	2	15.336,00	0
IPA/BDA	44.202,00	1	49.521,00	2	-	0
Embaixada Francesa	23.149,00	1	26.770,00	1	-	0
Eni Angola	-	-	-	-	68.039,00	2
Outros	13.906,00	0	136.964,00	5	38.477,50	1
Total	3.006.136,0	10	2.935.299,	100	3.409.568,0	10
	0	0	00		0	0

Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

Os dados da tabela acima mostram um equilíbrio três tendências de comportamento dos doadores. Por um lado, constata-se uma tendência de manutenção dos níveis de financiamento do GAS (Grupo África da Suécia) ou Afrikagrupperna. Entre 2018 e 2020, o GAS vem mantendo o seu nível de financiamento na ordem dos 19% do financiamento total dos doadores. A União Europeia e o Unicef mantêm, igualmente, uma tendência para o equilíbrio nas suas contribuições ao longo dos anos 2018, 2019 e 2020. As suas doações no referido período mantêm-se ao nível de 13% e 9% do total de financiamento dos doadores, respectivamente. A PpM (Pão para o Mundo) mantém, também um certo

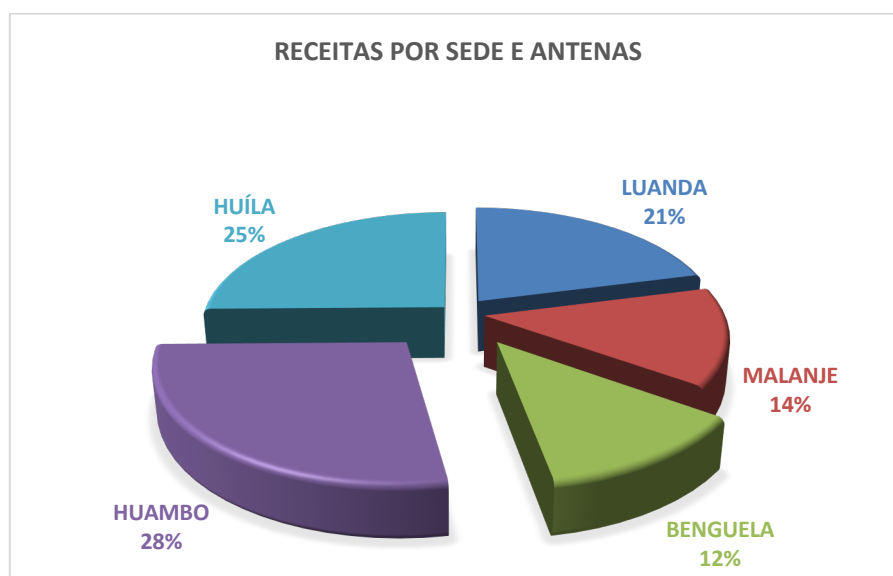
equilíbrio acima dos dois dígitos, embora com uma oscilação intermédia que acaba por ser compensada com os 15% da sua contribuição financeira de 15% do total em 2020.

A segunda tendência a registar é de uma oscilação para redução e para o aumento. Neste sentido, regista-se uma tendência da NCA (Ajuda da Igreja Norueguesa) para uma redução do seu financiamento, saindo de uma contribuição percentual de 22% em 2018 para 8% em 2020. A Solidariedade Prática mostra um comportamento tendente a aumentar a sua contribuição financeira, tendo saído dos 7% em 2018 para 15% em 2020.

De notar que a análise baseada em valores percentuais pode estar enviesada pela variação do valor total. Ainda assim, uma apreciação sobre os valores absolutos do financiamento revela que o resultado de uma análise à esses, não seria tão diferente das tendências encontradas.

A execução financeira da Agência de Desenvolvimento foi feita em função de um plano orçamental aprovado por cada financiador e em função da sua disponibilidade financeira durante o exercício 2020. A distribuição de receitas por estrutura pode ser observada no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Distribuição de receitas pelas estruturas



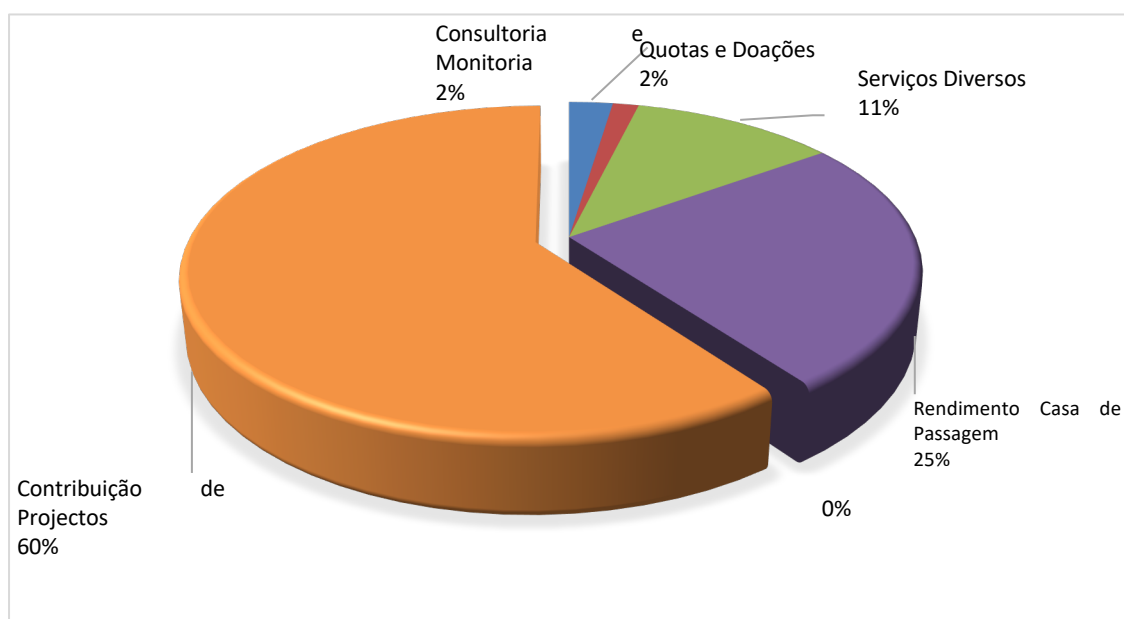
Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

A Antena Huambo foi a estrutura da Agência de Desenvolvimento que mais

financiamento obteve no ano de 2020, registando um aumento de 127% em relação ao ano anterior, após ter sido entre 2016 e 2019 a Antena com menos projectos. Actualmente, a referida Antena implementa seis projectos. Ao contrário, as antenas Benguela e Malanje são as que tiveram menos financiamento devido ao facto de que, as poucas oportunidades de financiamento identificadas em 2020, não tiveram essas províncias como prioridades. Todavia, para inverter o quadro, a ADRA está a negociar dois projectos com uma Fundação Alemã, para as províncias de Luanda, Benguela e Malanje, aguardando-se pela assinatura do contrato. Foi aprovada a primeira fase do Projecto NaturAngola, voltado para as questões ambientais, co-financiado pela União Europeia e a PpM, abrindo-se novas perspectivas para o ano 2021. A Antena Huila teve 25% do total de financiamento alocado à ADRA em 2020.

O gráfico n.º 5 mostra a origem do financiamento interno da ADRA. Conforme se pode ver, 60% destas receitas são contribuições de projectos aos custos indirectos, revelando a grande dependência da ADRA em relação aos projectos. No entanto, 25% do financiamento foram conseguidos a partir da exploração das Casas de Passagem do Huambo e de Malanje. As quotas e doações de membros representam 2% do financiamento interno.

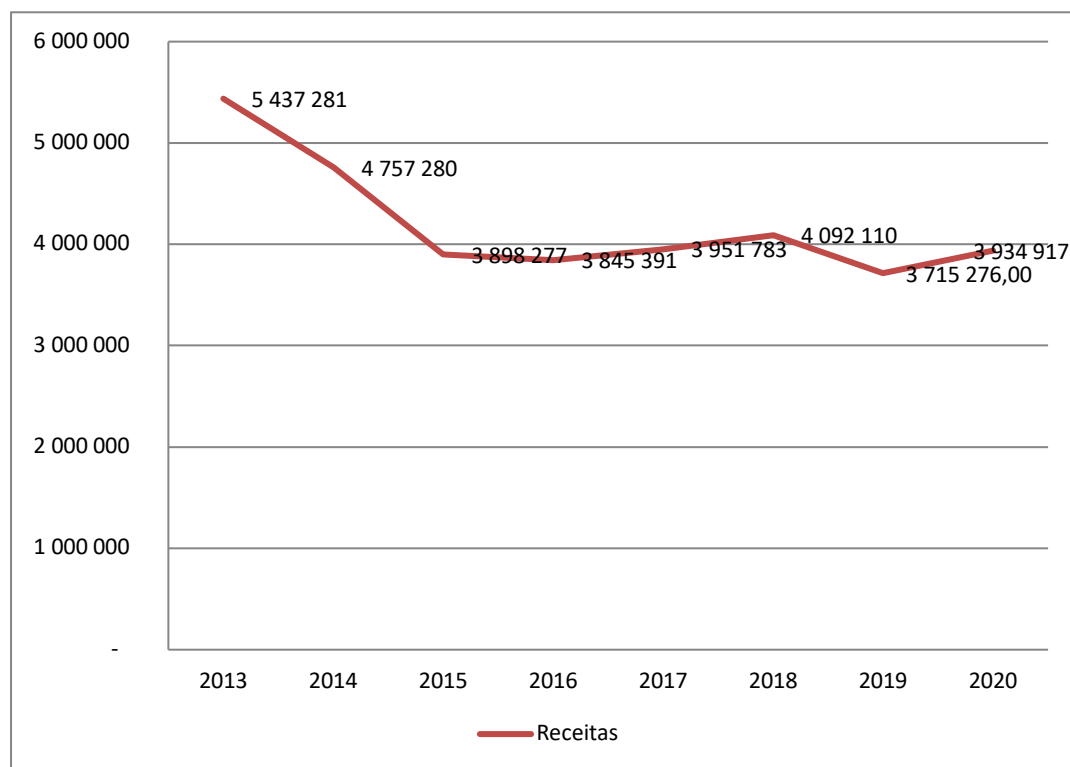
Gráfico 5: Origem do Financiamento interno da ADRA/2020



Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

A trajetória do financiamento ou da receita da ADRA ao longo dos anos tem apresentado um comportamento oscilante, conforme ilustra o gráfico n.º 5. O mesmo apresenta intervalos cuja curva segue um sentido ascendente, outros intervalos com relativa estabilidade e intervalos com o gráfico em sentido descendente. Este comportamento deve-se à factores como a aprovação de novos projectos *vs* final de ciclos de projectos. Nos anos em que são aprovados e implementados novos projectos, mantendo todo o resto inalterado, os financiamentos ou as receitas costumam estar em alta. Nos anos em que ocorrem encerramentos de determinados projectos, a receita tende a baixar. Por outro lado, as receitas internas também acompanham este comportamento, na medida em que estas estão ancoradas ou dependem dos projectos.

Gráfico 5 Evolução do financiamento - 2013 2020



Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS DESPESAS

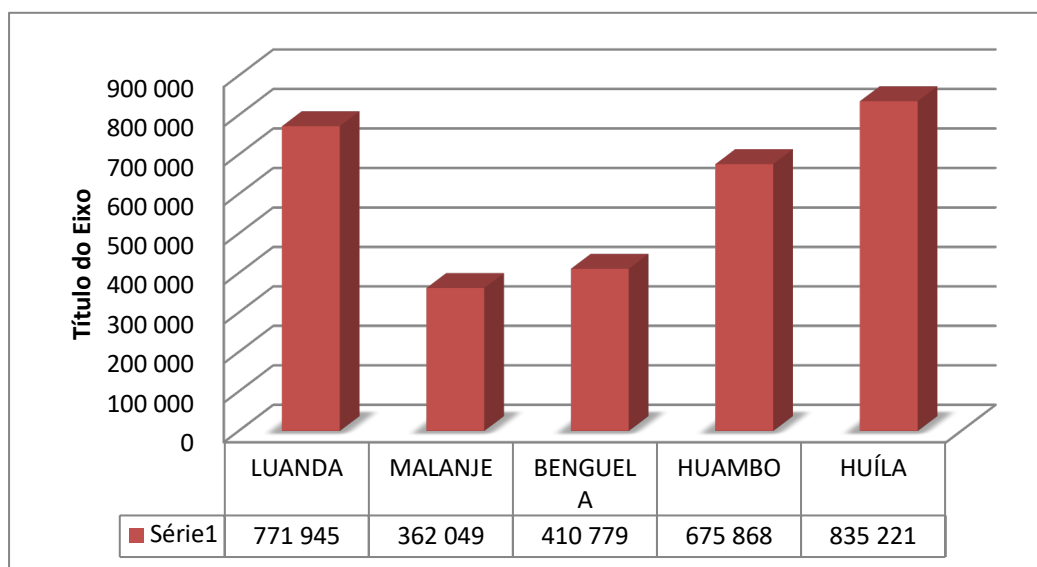
Os custos da implementação das acções da ADRA em 2020 atingiram o valor de USD 3.055.862,00 (três milhões, cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois dólares americanos), com os câmbios desfavoráveis incluídos, enquanto que, em 2019, a ADRA – AD realizou despesas na ordem de USD 3.495.636,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e seis dólares americanos).

A partir dos dados apresentados, pode-se constatar que o valor da despesa total em 2020 é inferior ao valor do financiamento ou receita (USD 3.934.916,97,97). São razões dessa diferença, a acumulação de saldos positivos em projectos plurianuais, no final do ano e a não utilização das receitas totais arrecadadas pelos Fundos Locais, por estes servirem para fazer face às despesas em caso de inexistência de financiamentos.

Tal como referido antes, as despesas realizadas pela ADRA-AD em 2020 foram menores comparativamente as de 2019, em 12,58%. Essa redução justifica-se, em parte, pela incerteza gerada pela emergência da pandemia da Covid-19 e, pela não implementação de algumas acções devida à disponibilização tardia do financiamento, como são os casos do Projecto Esumbilo e outro financiamento pela ESSO para a Antena Huambo.

O gráfico seguinte mostra a distribuição destes custos pelas estruturas que compõem a AD.

Gráfico 6 Valores das despesas da ADRA por estrutura em 2020



Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

A Antena Huíla continua sendo a estrutura da Agência de Desenvolvimento com a maior estrutura de custos (27% do total de despesas da ADRA em 2020), o que se justifica pelo facto de ser a estrutura com maior número de projectos (7 no total). A sua execução financeira situou-se em 84%. Apesar de ser a estrutura que registou o maior volume de receitas arrecadadas, a Antena Huambo teve uma execução financeira de 62%, devido às razões associadas ao atraso na disponibilização de recursos financeiros para dois projectos, conforme já referido.

A Sede teve uma execução financeira de 94%, tendo suportado 80% dos eventos institucionais realizados em 2020.

O gráfico abaixo mostra a estrutura de custos por rubricas do orçamento, estruturados em função do Plano de Contas da ADRA que segue a estrutura do Plano Estratégico em vigor na Organização.

Tabela 4 Despesas da ADRA por rubricas em 2020

RUBRICAS	2020	%	2019	%
Pessoal	1.334.744	44	1.353.669	39
Escritório	97.610	3	106.068	3
Deslocação & Estadia	5.803	0	16.648	0
Capital	334.316	11	302.966	9
Especializado	104.831	3	124.844	4
Aprendizagem Organizacional	58.616	2	77.313	2
Vida Associativa	12.383	0	45.739	1
Programa Desenvolvimento Local Sustentável	608.910	20	554.204	16
Programa De Cidadania e Advocacia Social	209.966	7	245.974	7
Outros custos	148.818	5	266.954	8
Custos extraordinários	139.866	5	401.258	11
T O T A L	3.055.862	100	3.495.637	100

Fonte: Relatório Financeiro da ADRA-AD, 2020.

A análise da execução financeira da ADRA em 2020 comparada com a de 2019, permite constatar que houve um esforço da gestão, no sentido de manter os níveis de gastos com o pessoal, com a manutenção e funcionamento dos escritórios, despesas de capital entre outros. Houve uma redução nas despesas de deslocação e estadia, muito por conta da

tendência para a substituição dos encontros presenciais pelo teletrabalho imposto pela Covid-19. Ainda assim, o pessoal continua a ter um peso grande na estrutura orçamental da ADRA, dada a natureza do seu trabalho.

Ao nível dos Programas, o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) é o que mais consumiu recursos (20%). Segue-se Programa de Cidadania e Advocacia Social (PCAS) com 7%.

Finalmente, notar que o Relatório Anual Financeiro da ADRA-AD contém mais detalhes para análise pormenorizada da informação atinente à gestão financeira da ADRA em 2020, estando disponível para o consumo público.

3.7 Progressos e impactos

Nesta secção, à semelhança dos relatórios anteriores, sintetizam-se os principais progressos e impactos da intervenção da Organização, lançando um olhar aos quatro desafios estratégicos definidos no Plano Estratégico 2018-2022.

Fortalecer a capacidade dos actores locais para a promoção do desenvolvimento sustentável

- i) A mobilização de recursos para apoiar as comunidades no desenvolvimento da actividade agrícola, principalmente no acesso aos factores de produção básicos, tendo sido beneficiados mais de 3.500 produtores agrícolas;
- ii) O envolvimento de mais de 2.500 produtores agrícolas em experiências de dinamização de práticas sustentáveis de produção agrícola, particularmente no domínio da implantação de sistemas agro-florestais nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla;
- iii) O desenvolvimento de iniciativas de assistência veterinária baseada nas comunidades, através da formação de agentes veterinários rurais, experiências em curso nas províncias de Benguela, Huíla e Cunene;
- iv) A facilitação do acesso ao crédito, por via das caixas comunitárias, beneficiando mais de 1.500 produtores agrícolas nas províncias de Benguela, Huambo e Malanje;
- v) Aumento de iniciativas de acções de mitigação dos efeitos das alterações climáticas nos domínios do repovoamento florestal e acesso à água nas províncias do Huambo e da Huíla, beneficiando mais de 1000 famílias;
- vi) O envolvimento de líderes comunitários, particularmente os responsáveis de associações e cooperativas de produtores agrícolas em acções de educação para saúde, tendo desempenhado um papel importante na mobilização das comunidades no âmbito da divulgação das medidas de biossegurança para a prevenção da Covid-19;

Influenciar as políticas públicas, através da produção do conhecimento e do engajamento da sociedade civil, para garantir serviços públicos de qualidade

- i) A consolidação do processo de análise do OGE, em parceria como o OPSA reflexões importantes, sendo já uma referência no debate sobre as opções deste importante instrumento de política pública;
- ii) A edição e publicação de quatro estudos sobre acesso à água, registo civil, participação da mulher na produção agropecuária e alfabetização, um manual sobre finanças públicas e uma banda desenhada sobre VIH/SIDA;
- iii) A revitalização do boletim Humbi Humbi;
- iv) O envolvimento da ADRA, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, no processo de Revisão da Lei de Terras;
- v) O prosseguimento do exercício de monitoria da implementação de programas públicos de incidência local (Plano de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, Plano Integrado de Intervenção nos Municípios e Programa Minha Terra) em cinco municípios das províncias de Benguela e Malanje, com o envolvimento das plataformas de articulação das organizações locais da sociedade civil (núcleos e fóruns).

Promover a defesa dos Direitos Humanos, as práticas democráticas e a participação dos cidadãos na vida pública

- i) O apoio às comunidades na legalização das suas terras, tendo sido encaminhados pedidos de títulos de reconhecimento nas províncias de Benguela, Huambo e Malanje;
- ii) A realização de um trabalho de auscultação às comunidades no quadro do processo da revisão da Lei de Terras em x municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, tendo sido envolvidas x pessoas, entre membros das associações e cooperativas, autoridades tradicionais e quadros das Administrações Municipais e Comunais;
- iii) O aumento do protagonismo das plataformas de articulação das organizações locais da sociedade civil nos Conselhos de Auscultação à Comunidade a nível municipal, resultando no atendimento de algumas demandas relacionadas com o acesso ao registo civil e a reabilitação de vias de acesso, com maior expressão nos municípios do Cubal e Ganda (Benguela), Bailundo e Caála (Huambo) e Cacuso, Quela e Kiwaba Nzogi (Malanje).

Fortalecer a capacidade de intervenção institucional, aprimorando a gestão, a diversificação dos recursos, a preservação do capital ético, o desenvolvimento associativo e de pessoal

- i) A manutenção de parcerias com um leque variado de diferentes instituições (ministérios, governos provinciais, administrações municipais, universidades e organizações não governamentais nacionais e estrangeiras);
- ii) A mobilização de recursos a partir de diferentes fontes de financiamentos, o que permitiu manter a intervenção da Organização nas suas diferentes dimensões, apesar das restrições impostas pela crise da Covid-19;
- iii) A adopção de uma estratégia de gestão e regularização do património da Organização com o envolvimento activo da Agência de Desenvolvimento;
- iv) A introdução da tecnologia digital no sistema de monitoria, facilitando, deste modo, a recolha de informação para a construção da base de dados;
- v) O recurso às tecnologias de informação e comunicação para a realização de um conjunto de actividades (reuniões, formações, encontros de elaboração de projectos, conferências), mitigando, assim os condicionalismos decorrentes da Covid-19

3.8 Constrangimentos

Ao longo do ano, a Organização debateu-se com alguns constrangimentos externos e internos. A nível externo, a Covid-19 constituiu-se num dos principais constrangimentos, apesar das oportunidades de financiamento que a pandemia proporcionou. Contudo, continuou a haver cada vez menos financiamento de apoio a projectos agrícolas institucionais.

A nível interno, apesar do avanço dado na instalação do sistema de monitoria da Agência de Desenvolvimento, ainda assim, a recolha de informação de forma sistemática constitui um desafio para a organização.

4 CONCLUSÕES

O ano de 2020 foi caracterizado por um contexto marcadamente difícil, na sequência do surgimento da pandemia da Covid-19, agravando ainda mais a já difícil situação económica e social do país. O Executivo adaptou a sua acção para fazer face ao novo contexto imposto pela crise gerada pela Covid-19, tomando um conjunto de medidas para mitigar os efeitos nefastos da pandemia na economia e sociedade, mas ainda assim, não foi possível travar o quadro de deterioração das condições de vida da maior parte da população. A ADRA teve de ajustar a sua intervenção, em tempos da Covid-19, mantendo o nível de mobilização de recursos que permitiram prosseguir com a sua actividade de apoio directo às comunidades e intervenção no espaço público.

Em 2020, a ADRA através da Agência de Desenvolvimento, o principal órgão executivo que dá corpo à institucionalidade da Organização, implementou 25 projectos de natureza diversa, abrangendo mais de 80% do universo de beneficiários previsto no Plano Estratégico para o período 2018-2022.

O balanço das metas programadas nos três programas de orientação revelou um desempenho suficiente, em decorrência dos constrangimentos vividos ao longo do ano; do total das 47 metas definidas, 19 foram cumpridas (40, 42%), 13 tiveram alto desempenho (27,65%), 12 registaram desempenho suficiente (25,53%), 2 com desempenho baixo (4,25%) e 1 com desempenho nulo (2,12%). O PDLS, tal como no ano anterior, registou maior desempenho e o PDO manteve-se com baixo desempenho.

Em 2020, a ADRA registou um aumento no volume de financiamentos na ordem de 5,91% comparativamente ao ano anterior, passando de USD 3.715.276,00 para 3.934.916,97. Do leque de financiadores que suportaram a actividade da Organização em 2020, o Grupo África Suécia, continuou pelo segundo ano consecutivo a ocupar a primeira posição com 19%, seguindo-se a Pão Para o Mundo e a Solidariedade Prática da Suécia com 15 %, respectivamente, a União Europeia (14%) e a BP-Angola (11%).

Apesar das limitações impostas pela crise da Covid-19, a intervenção da ADRA registou importantes progressos, em 2020, salientando-se, entre outros, a mobilização de recursos que permitiram a que mais de 3.000 produtores agrícolas tivessem acesso aos factores de produção básicos, a facilitação do acesso dos produtores agrícolas ao crédito, por via das caixas comunitárias, o envolvimento de líderes comunitários nas acções de educação para a saúde, no quadro da divulgação de medidas de biossegurança para a prevenção da pandemia, a consolidação do processo de análise das opções do OGE, a revitalização do boletim Humbi Humbi, o aumento do protagonismo das plataformas de articulação das organizações locais da sociedade civil nos Conselhos de Auscultação à Comunidades, nos municípios abrangidos pela intervenção da ADRA em Benguela e no Huambo e a adopção de uma estratégia de gestão e regularização do património da Organização com o envolvimento activo da Agência de Desenvolvimento.